

QUALIDADE DE VIDA EM CONTEXTO URBANO

Diogo Manuel Morais Ribeiro

**Dissertação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
para a obtenção do grau de mestre em Riscos, Cidades e Ordenamento do
Território**

Orientação: Prof^a Dr^a Teresa Sá Marques



2011

Agradecimentos

Chegou o momento de escrever as últimas palavras deste trabalho, que estão nas primeiras páginas, mas não será despropositado, sem dúvida. O espaço reservado talvez será pouco para tanto a dizer e alguém pode ficar esquecido sem intenção. As primeiras palavras (e não seria de esperar outra coisa) são dirigidas à Prof^a Teresa que orientou esta dissertação. Já desde, o segundo ano da licenciatura, nas fantásticas aulas de DOT, transmitiu-me a noção e a necessidade de mudança constante associadas à aprendizagem para sermos capazes e pudermos escolher as nossas aspirações. Para sermos pessoas felizes ou mais propriamente satisfeitas. Agradeço o tempo e o trabalho que me dedicou, especialmente nestes dois anos, dando-me liberdade, conselhos, oportunidades e horizontes para concluir trabalho. Foi um processo árduo de aprendizagem que talvez não tenha respondido de todo às expectativas que me depositou. Mas apesar disso, não desistiu e transmitiu-me um sentimento de esperança para o sucesso. Naturalmente, agradeço aos restantes professores das muitas “Geografias” que contribuíram na minha aprendizagem.

À Liliana que foi uma “companheira de guerra” e também um “general”. Teve grande paciência ao telefone e nas tantas e variadas conversas... que já não podem ser reveladas. Mas imperou o slogan “Nós vamos conseguir!”

A toda equipa da Porto Vivo, SRU pela ajuda, interesse e estímulo no meu trabalho. Com especial agradecimento à Eng.^a Margarida Guimarães; à Arqt.^a Giulia La Face; à Dr.^a Beatriz Hierro e à Dr.^a Chantelle Santos.

À Paula e também ao Miguel que não foi fácil desde, a caneta *rotring* e o tempo passado na mapoteca. Agradeço profundamente o carinho, a paciência nas longas jornadas com inúmeros trabalhos, por toda ajuda a variados níveis e muito mais. É essencial referir o kit de primeiros socorros que me forneceram nas lides dos computadores, sim naquelas coisas que deveria saber antes de vir para a faculdade e não sabia, mas vocês incutiram-me essas competências. Oh Paula isto não é o fim de nada é apenas um começo! Só que iremos estar mais capazes e mais competentes.

Aos meus colegas de mestrado pelo apoio e disponibilidade, palavras amigas nestes 3 anos. Também pelo debates intensos e discussões acesas sobre muita coisa... em especial à Vera (a socióloga amiga e da prospectiva), ao Marco (pela vasta rede de “capital relacional” quando necessito), à Lúcia (a amiga da ruralidade), à Isabel Paquete (a amiga do “crime” e dos SIG) ao Márcio (e às suas histórias de Santa Marta), à M^a João (pela paciência) à Diana (que seguiu outros caminhos), ao Vidoedo (pelas longas viagens metropolitanas de análise e descoberta). E ao Carlos Delgado que não pode aqui faltar, pela ajuda prestada.

Aos meus amigos Adriano, Nelson, Ricardo, Mário, Helena e restantes até somar 11 foram tão bons aqueles anos, ainda podem ser! O restante, já nem é preciso falar, embora esteja ausente.... Não podia faltar os “mais velhos” (em especial os 8) e os “mais novos” (em especial os 15) por algum sentido que me deram para bom e para o menos bom.

À minha mãe pelo pequeno contributo neste processo, mas foi fundamental para chegar até aqui.

Só me resta confidenciar: “Noi che non abbiamo difese
noi che ci perdiamo nel mondo a guardare le cose che accadono
noi che non sappiamo decidere,
perchè abbiamo troppe scelte e o nessuna
noi con la nostra fortuna
noi col rimorso continuo di non aver fatto mai abbastanza ”...

(Noi – L’amore è qui; Nesli (2010))

Resumo

A presente dissertação trata o tema da qualidade de vida urbana, no âmbito do Curso de Mestrado em “Riscos, Cidades e Ordenamento do Território” do ramo “Políticas Urbanas” e de um estágio na *Porto Vivo, SRU*.

Em termos conceituais este trabalho assenta na abordagem conceptual de Allardt (1993) e na noção de bem-estar em torno das dimensões Ser, Ter e Amar. Em termos analíticos a abordagem metodológica desenvolvida inspira-se em Hancock (2000) quando ele conceitualiza a qualidade de vida nas dimensões qualitativas e quantitativas, que se desenvolvem a nível individual ou coletivo.

Na dimensão subjetiva (qualitativa) analisamos as percepções dos indivíduos residentes em meios urbanos. Como método de análise, analisamos 1007 questionários, que representam a população a residir em diferentes contextos urbanos de Portugal Continental. Esta análise está sobretudo centrada nas amenidades urbanas no entorno do local de residência (condições ambientais, equipamentos e serviços, transportes e mobilidade, habitação e trabalho, espaço público e imagem urbana, cidadania e governança). A análise realizada fornece informação importante para a reflexão das políticas urbanas, em diferentes contextos urbanos.

Na dimensão objetiva criamos um sistema de informação para o município do Porto que permitiu avaliar a qualidade de vida em torno de dois níveis: o individual e o coletivo (aqui selecionamos a habitação). Desta forma cruzamos as características individuais com as condições territoriais.

O trabalho desenvolvido evidenciou padrões territoriais passíveis de sustentar políticas de regeneração urbana.

O quadro concetual escolhido e a proposta metodológica desenvolvida mostraram virtualidades capazes de sustentar a monitorização e a avaliação de políticas urbanas.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Portugal Urbano; Satisfação; Porto

Abstract

This dissertation addresses the issue of quality of urban life under the Master Course in "Risks, Cities and Planning" branch "Urban Policies" and a stage in Porto Vivo,SRU.

Conceptually this work is based on the conceptual approach of Allardt (1993) and the notion of well-being on the dimensions Being, Having and Loving. In analytical terms the methodological approach developed is inspired by Hancock (2000) when, he conceptualizes the quality of life in quantitative and qualitative dimensions, which are developed individually or collectively.

In the subjective dimension (qualitative) analyzes the perceptions of individuals living in urban areas. In the analysis method, we analyzed 1007 questionnaires, which represent the population living in different urban contexts in Portugal. This analysis is mainly focussed on the urban amenities in the vicinity of place of residence (environmental conditions, equipment and services, transport and mobility, housing and work, public space and urban image, citizenship and governance). The analysis provides important information for the reflection of urban policies in different urban contexts.

In the objective dimension we have created an information system for the city of Oporto, which allowed us to assess the quality of life around two levels: the individual and collective (here selected housing). Thus cross individual characteristics with the conditions territorial.

The work showed territorial patterns capable of supporting urban regeneration policies.

The chosen conceptual framework and methodological approach developed shows virtually able to support monitoring and evaluation of urban policies.

Keywords: Quality of life; Urban Portugal; Satisfaction; Oporto

Índice Geral

Agradecimentos.....	2
Resumo	3
Abstract	4
Índice Geral	5
Índice de Figuras	6
Capítulo I – Introdução.....	8
1.1 A seleção e o desenvolvimento do tema	8
1.2 O estágio na Porto Vivo, SRU	10
Capítulo II - Enquadramento Concetual e Metodológico .	12
1 A Qualidade de vida urbana.....	12
2 Proposta teórico-metodológica	17
2.1 A dimensão subjetiva	18
2.2 A dimensão objetiva.....	25
Capitulo III – Desenvolvimento empírico.....	29
1 A dimensão subjetiva.....	29
1.1 Qualidade de vida e satisfação no Portugal urbano	30
1.1.1 Uma perceção global dos resultados	30
1.1.2 Perceções em função do tipo de área residencial	33
1.2 Amenidades urbanas associadas ao local de residência	37
1.2.1 Níveis de satisfação por domínios analíticos	37
1.2.2 A perceção das amenidades urbanas em função do tipo de área residencial.....	40
2 A dimensão objetiva	47
2.1 As características dos indivíduos e das famílias.....	47
2.2 As características da habitação	56
2.3 Síntese territorial	60
Capitulo IV – Conclusão	64

Referências Bibliográficas	67
Anexos	71

Índice de Figuras

Figura 1 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao local de residência (numa escala de 1 a 10).	31
Figura 2 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de auto-avaliação da qualidade de vida (numa escala de 1 a 10).	32
Figura 3 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de satisfação relativamente ao tipo de vida que desfrutam (numa escala de 1 a 5).	32
Figura 4 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao local de residência (numa escala de 1 a 10), segundo a tipologias de áreas residenciais.	34
Figura 5 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de auto-avaliação da qualidade de vida (numa escala de 1 a 10), segundo a tipologias de áreas residenciais.	34
Figura 6 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de satisfação relativamente ao tipo de vida que desfrutam (numa escala de 1 a 5).	35
Figura 7 – Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com as relações sociais que desenvolvem, no seio da família, dos vínculos de amizade, dos ambientes de trabalho e na vizinhança residencial.	36
Figura 8: Percentagem de inquiridos, por tipo de satisfação, relativamente às amenidades urbanas localizadas nas proximidades da residência.	38
Figura 9: Percentagem de inquiridos que consideram preocupante a qualidade de vida nos centros das grandes cidades, nas periferias das grandes cidades, nas cidades de dimensão média e nas pequenas cidades e vilas.	39
Figura 10 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com as condições ambientais nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial	40
Figura 11 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com a oferta de serviços e equipamentos nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial	41
Figura 12 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com a oferta de transportes e a mobilidade nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial	42
Figura 13 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com o espaço público e a imagem urbana nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial	43

Figura 14 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com os níveis de cidadania e a governança nas proximidades do local de residência, segundo a tipologia de área residencial.....	44
Figura 15 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com a oferta de habitação e de trabalho nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial.....	44
Figura 16 – Percentagem de indivíduos inquiridos, segundo o tipo de territórios onde a qualidade de vida é mais preocupante, por a tipologia de área residencial	46
Figura 17 - População residente com ensino superior completo (%), por subsecção, em 2001.	48
Figura 18 - População residente com 65 ou mais anos (%), por subsecção, em 2001. ..	49
Figura 19 - População desempregada face à população residente com actividade económica (taxa de desemprego), por subsecção, em 2001.	49
Figura 20 – Famílias compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos (%), por subsecção, em 2001.....	51
Figura 21 – Peso da população residente de nacionalidade brasileira, angolana, cabo verdiana, são tomense, guiniense (da Guiné –Bissau), timorense ou macaense, 2001 ..	52
Figura 22 – Síntese da dimensão individual relativa às características dos indivíduos e das famílias.....	53
Figura 23 – Edifícios com necessidade de reparação (inclui os muito degradados) relativamente ao total de edifícios (%), por subsecções, em 2001	56
Figura 24- Alojamentos familiares clássicos ocupados com eletricidade, retrete, água canalizada e sistema de aquecimento (com banho), por subsecção, em 2001.....	57
Figura 25 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%), por subsecção, em 2001.....	57
Figura 26 - Alojamentos familiares não clássicos, relativamente ao total de alojamentos familiares, por subsecção, em 2001.....	58
Figura 27 – Síntese da dimensão habitacional relativa às características dos edifícios e dos Alojamentos	59
Figura 28 – Síntese Territorial.....	60
Figura 29 - Localização dos Bairros Sociais da cidade do Porto	61

Capítulo I – Introdução

Como refere Ascher (2010), as cidades contemporâneas são “profundamente heterogêneas, reflectindo uma sociedade complexa e de indivíduos com aspirações e com práticas múltiplas. Colocam problemas de urbanismo muito diferentes que necessitam de soluções adaptadas a contextos variados.” (Ascher, 2010:105)

“Apesar de se ter tornado um termo corrente no nosso vocabulário, a noção de qualidade de vida não adquiriu no entanto um sentido preciso e inequívoco (Tobelem-Zanin, 1995)”.(referido por Rodrigues 2005:2).

1.1 A selecção e o desenvolvimento do tema

A escolha deste tema para este projecto prende-se com o ano curricular do mestrado, nomeadamente com as matérias tratadas nas unidades curriculares.

A questão de partida para esta investigação foi esta: Como é que a qualidade de vida, pode contribuir para a avaliação e definição de políticas com incidências territoriais, nomeadamente de regeneração urbana?

Tendo em conta esta questão optamos pela realização de um estágio na *Porto Vivo, SRU* (Sociedade de Reabilitação Urbana, da Cidade do Porto). Este estágio fundamentou a viabilidade do tema e serviu como um primeiro ensaio exploratório para o desenvolvimento posterior da presente investigação. O objetivo do estágio era o estudo de alguns quarteirões do Centro Histórico, especificamente os do Morro da Sé, através da realização de levantamentos e da organização de algumas bases de dados existentes na *SRU*.

Este exercício teve também o intuito de aferir algumas técnicas de levantamento e inquirição e analisar a pertinência de alguns indicadores recolhidos para a avaliação da qualidade de vida ao nível dos quarteirões urbanos. Os resultados deste exercício mostram-se claramente positivos em matéria de exploração e aprendizagem inicial, no entanto não foram suficientemente satisfatórios para serem introduzidos nesta dissertação pois a maioria da informação recolhida estava confinada a uma área muito restrita.

A partir deste estudo exploratório, sentimos a necessidade de saltar para outras escalas geográficas, nomeadamente refletir a qualidade de vida nas áreas urbanas em geral e num Município em particular.

Os objetivos desta dissertação não foram fáceis de definir, porque os interesses eram múltiplos. Acabamos por nos focalizar na qualidade de vida urbana enquanto contributo para a definição de políticas de cidades. Concretamente tentar perceber quais são os níveis de satisfação das populações relativamente e diversificados domínios, tendo em conta o local de residência. No entanto, em termos de local de residência só nos interessava perceber se os diferentes contextos urbanos são ou não diferenciadores em termos de satisfação. Aqui a investigação vai sustentar-se na percepção individual, a partir de inquéritos. No final, interessa-nos compreender se as avaliações subjetivas da qualidade de vida urbana podem contribuir para a definição e avaliação de políticas urbanas. Para responder a estas questões foi-nos disponibilizada uma base de dados do CEGOT, resultante de um inquérito elaborado no âmbito do projecto “Representações Territoriais”, coordenado por Teresa Marques (2002).

Num segundo momento, sentimos a necessidade de avançar para uma avaliação mais objetiva à qualidade de vida. Assim, optamos por selecionar a cidade do Porto. Em termos temáticos optamos por privilegiar o domínio da habitação, pois consideramos que era bastante pertinente para as políticas urbanas. Dado que as características intrínsecas aos indivíduos são determinantes nas escolhas e cruzam-se com as amenidades urbanas, optamos por inserir também na abordagem esta componente. Para responder a estas questões foi-nos disponibilizada uma base de dados do CEGOT, com informação estatística ao nível das subsecções.

O projeto que aqui se apresenta começa por fazer um enquadramento teórico e conceptual. Não se pretende teorizar sobre o tema, mas sim fazer um breve enquadramento conceptual que permita desenvolver a investigação. Em termos gerais pretendemos identificar conceptualmente e metodologicamente o problema em estudo:

- O que é qualidade de vida?
- Como se avalia a qualidade de vida?
- Quais são as suas dimensões analíticas?
- A qualidade de vida está relacionada com o contexto territorial em que se vive?
- A qualidade de vida está relacionada com as características dos indivíduos?

O presente trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos. No capítulo dois, capítulo concetual e metodológico, é abordado o conceito da qualidade de vida e suas dimensões de análise. É neste capítulo que se constrói uma abordagem metodológica direccionada aos objetivos pretendidos. No terceiro capítulo, o capítulo empírico, encontra-se distribuído em dois subcapítulos. Primeiro analisa-se a dimensão subjetiva da qualidade de vida, e depois a dimensão objetiva. O quarto capítulo, e último capítulo, procura criar uma síntese de todo o trabalho desenvolvido.

1.2 O estágio na Porto Vivo, SRU

Este estágio foi elaborado no âmbito do Formação Orientada para a Formação Profissional, em parceria com a Faculdade de Letras da Universidade do Porto e a instituição de acolhimento a Porto Vivo, SRU.¹

A empresa Porto Vivo, SRU é uma empresa relativamente pequena em termos de número de trabalhadores, o que possibilitou a inserção no meio profissional com características de proximidade e de abertura quer em termos de trabalho quer em termos de sociabilidade. Do mesmo modo, a relação com o pessoal superior foi rapidamente realizada, estimulando um relacionamento favorável para a realização dos trabalhos com sucesso e com bom relacionamento. Por outro lado, o contacto com as redes institucionais ao nível local, foi facilitado. A equipa da instituição é pluridisciplinar pois participa em diferentes projectos, fazendo uso das diferentes especialidades. Na prática, o meu breve contributo passou maioritariamente pelo gabinete de monitorização do Plano de Gestão do Centro Histórico - Património Mundial.

O estágio teve a duração de um trimestre, tendo como orientador por parte da entidade de acolhimento a Eng.^a Margarida Guimarães, e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto a Professora Dr.^a Teresa Sá Marques.

No Porto Vivo, SRU, integrei a equipe do gabinete de Monitorização do Centro Histórico do Porto – Património Mundial da Humanidade e o Gabinete de Operações Especiais do Morro da Sé. Tive a oportunidade de elaborar ao longo do estágio várias tarefas, nomeadamente:

¹ Ver www.portovivosru.pt

- Criação de uma base de dados com informações sobre a reabilitação urbana das operações Morro da Sé e Mouzinho/Flores, a partir de consultas de documentos de trabalho internos e idas pontuais ao terreno;
- Elaboração de cartografia tendo por base a informação tratada e o enquadramento nas temáticas da regeneração urbana e da qualidade de vida;
- Levantamentos aos edifícios no âmbito da monitorização do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto - Património Mundial;
- Contribuição para a concepção, implementação e análise de inquéritos;
- Contribuição para a preparação e execução de visitas de estudo por parte de alunos do ensino básico e secundário, no âmbito do plano de acção e comunicação do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto – Património Mundial;
- Estudo de legislação aplicada a Centros históricos e a questões de reabilitação urbana;
- Contributos para a definição de indicadores para o Manual de Monitorização do Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial.

Capítulo II - Enquadramento Conceptual e Metodológico

1 A Qualidade de vida urbana

Em Portugal, o 5º artigo da *Lei de Bases do Ambiente*, de 11/87 de 7 de Abril, define qualidade de vida como “resultado de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas, e traduz-se na situação de bem-estar físico, mental e social, e na satisfação e afirmação culturais, bem como nas relações autênticas entre o indivíduo e a comunidade, dependendo da influência de factores inter-relacionados, compreendendo, designadamente: a capacidade de carga do território e dos recursos; a alimentação, a habitação, a saúde, a educação, os transportes e a ocupação dos tempos livres; um sistema social que assegure a posteridade de toda a população e os consequentes benefícios da segurança social; a integração da expansão urbano-industrial na paisagem, funcionando como valorização da mesma e não como agente de degradação.”²

Desde os anos 60 do século XX, o desenvolvimento económico surge como alternativa paradigmática do crescimento económico e o Estado-Providência aparece a reforçar o “bem-estar social”. Cabe ao Estado facilitar o acesso dos indivíduos à saúde, educação, habitação, emprego, segurança, cultura, desporto, e lazer de forma a que os indivíduos se sintam satisfeitos, realizados e felizes. Assim, o discurso da qualidade de vida assume uma visão multidimensional.

Simultaneamente, as abordagens urbanas começam a sobressair nas análises da qualidade de vida. Havendo um reconhecimento das desigualdades dentro das cidades e entre cidades, desenvolvem-se as análises das condições de vida urbana. Nos finais dos anos 70 e já na década de 80 realizaram-se análises multi-variadas sobre a pobreza e as periferias urbanas ganham importância nas preocupações analíticas. Nos anos 90, “os discursos em torno da competitividade impõem-se e as análises sobre a qualidade de vida são remetidas sobretudo para a caracterização dos espaços ou para abordagens direccionadas aos grupos excluídos.” (Marques 2002:452).

Recentemente as análises à qualidade de vida trouxeram novas abordagens, nomeadamente as preocupações com as dimensões imateriais, pois nem todos os

² Esta definição de qualidade de vida é apresentada no Vocabulário de ordenamento do território da DGOTDU. (DGOTDU, 2000:152)

indivíduos carecem das mesmas necessidades básicas e existem indivíduos sensíveis a valores muito diversificados e com níveis de exigência muito diferenciados. O forte individualismo que caracteriza a sociedade contemporânea torna difícil a operacionalização do conceito. As necessidades básicas não são iguais para todos os indivíduos e o interesse coletivo é menos refletido, pois as pessoas tendem a focalizar-se mais nas suas necessidades. Esta constatação faz-nos questionar as noções de coletivo, no que toca à forma como se vai operacionalizar o conceito da qualidade de vida, porque o aumento da diversidade das necessidades e aspirações individuais pode também criar contradições e dificulta a concepção de políticas tendo em vista o interesse comum.

Hoje em dia, os temas relacionados com a qualidade de vida têm um grande interesse social devido ao envelhecimento geral da população, aos intensos processos migratórios a nível mundial e às novas preocupações ambientais, questões com fortes implicações nas sociedades urbanas contemporâneas.

As abordagens à qualidade de vida, não são conceptualmente consensuais. Grayson e Yong, (1994, referido em Marques 2002: 453) privilegiavam a conceptualização em torno das pessoas e dos lugares. As análises tinham como objetivo refletir o bem-estar pessoal numa tentativa de avaliar o nível de satisfação das pessoas relativamente aos lugares; comparar as condições de vida, comparando lugares, através de uma bateria de indicadores que se presumia retratar as assimetrias espaciais da qualidade de vida. Estas análises também tinham em consideração diferenças de rendimentos e capacidades de consumo.

É importante considerar que os factores que condicionam a “qualidade de vida” são susceptíveis à mudança através de mecanismos de políticas e de iniciativas individuais. Assim, o conceito deve procurar abordar várias dimensões, do individual ao coletivo, do material ao imaterial, seguindo análises subjetivas e objetivas. Isabel Martins (2004:1 a 3) também refere a importância da participação pública ao nível dos processos de decisão no que toca ao governo do território.

Na atualidade, a qualidade de vida da população representa um objetivo político central, nomeadamente relativamente aos diferentes níveis de governação dos territórios. Nas agendas políticas, há um aumento do reconhecimento da qualidade de vida enquanto

valor social (as condições que os indivíduos consideram essenciais para o seu bem-estar deixaram de sustentar-se num pequeno conjunto de necessidades básicas e passaram a incorporar novas e diversificadas dimensões.

Neste sentido, para que seja possível responder com pertinência e com rigor às carências daqueles que concebem as políticas e as decisões, importa aferir sobre a qualidade de vida das populações. Avaliando as condições de vida e de bem-estar (tanto no presente, como na sua evolução) podemos desenhar novos planos de intervenção e avaliar os impactos das políticas e das medidas de intervenção no progresso da qualidade de vida das populações.

Hancock (2000, citado por Ferrão, 2004:26) conceptualiza a qualidade de vida nas dimensões qualitativas e quantitativas, desenvolvidas a nível individual ou colectivo:

	Nível Individual	Nível da Comunidade
Subjetivas/Qualitativas (percepções)	Percepções sobre a própria Vida e seus Condicionalismos (por exemplo a satisfação, a felicidade, a percepções de saúde e bem-estar)	Percepções sociais sobre a comunidade e o grau de participação e capacidade de influenciar as decisões sobre os desígnios de cada Comunidade
Objetivas / Quantitativas (condições)	“Status funcional” , grau de Instrução, literacia, rendimento, acesso a bens e serviços,...	Condições ambientais, sociais e económicas, saúde pública e desempenho das políticas Públicas, disponibilidade de bens e serviços públicos, desempenham dos sistemas de segurança social, nível de desemprego

Adaptado: Hancock 2000: 3, citado por Ferrão 2004:26

Assim, este conceito pretende articular as percepções subjacentes às dimensões subjetivas/qualitativas e as condições objetivas/quantitativas, com os níveis individuais e colectivos (comunidade). Este quadro conceptual multidimensional vai claramente influenciar a proposta metodológica desenvolvida neste estudo.

Allardt (1976, 1981, citado por Martins & Santos: 2002: 4) salienta as condições de vida objetivas e subjetivas, analisando a qualidade de vida em quatro aspectos:

- o “nível de vida”, ligado às necessidades materiais;

- a “qualidade de vida” ligada às condições imateriais;
- a “satisfação”, relacionada com as questões subjetivas das condições de vida e da qualidade de vida;
- a “felicidade” que provém da percepção subjetiva da qualidade de vida.

Nos domínios desta avaliação, Nuvolati (Nuvolati, 1998, citado por Santos & Martins, 2002: 5) inclui uma abordagem material colectiva (ex. a área da saúde), uma abordagem material individual (ex. os níveis de instrução), uma abordagem imaterial colectiva (ex. as actividades de lazer) e uma abordagem imaterial individual (as relações interpessoais a nível familiar). E ainda uma abordagem que se refere ao *contexto geral*, relacionado com as especificidades da paisagem, do clima e as características do património histórico e arquitectónico do espaço em análise.

A abordagem conceptual de Allardt é sobretudo conhecida através da noção de bem-estar (Allardt, 1993, citado por Marques, 2002: 461 a 463). Com base na experiência escandinava faz uma sistematização das temáticas da qualidade de vida em torno de 3 dimensões, onde cada abordagem contém um sistema de indicadores próprios:

Ser (necessidades de crescimento pessoal)	Destina tratar da “necessidade de integração na sociedade e de viver com a natureza.” Esta abordagem pode ser medida pelas oportunidades (de emprego com significado, de actividades de lazer, para poder usufruir a natureza ou de participação activa na vida familiar e social), e pela participação em actividades políticas.
Ter (necessidades materiais pessoais)	Dirige-se para aspectos materiais, na qual pode ser analisado por indicadores relativos a recursos económicos, habitação, educação, emprego, condições de trabalho, saúde e de ambiente.
Estar/ Amar (necessidades sociais)	Remete para as questões de necessidade de relacionamento com os outros e de construção de identidades sociais. Basicamente direcciona-se para a interacção social.

Adaptado: Marques 2002: 465

Para estas três abordagens (“Ser”, “Ter”, “Amar”) o investigador selecciona os indicadores que são utilizados para a componente objetiva e os indicadores subjectivos que os inquiridos manifestem.

Não podemos abordar o conceito de qualidade de vida sem referir Amartya Sen. O princípio central de Sen (1993, referido por Marques, 2004:340) assenta na liberdade, sendo o desenvolvimento um processo de expansão dessa liberdade. Segundo o autor, qualquer reflexão sobre o desenvolvimento deve ter em consideração a melhoria da qualidade de vida e das liberdades individuais, porque a liberdade é a âncora do desenvolvimento. Assim, a avaliação do progresso só tem sentido se for relacionado com as próprias liberdades individuais, pois a evolução do desenvolvimento depende da possibilidade das pessoas serem elas próprias atores desse mesmo desenvolvimento. Sen faz uma abordagem ao bem-estar e ao conceito de capacidade para representar as combinações que cada pessoa pode fazer na sua vida. A capacidade reflecte a liberdade da pessoa poder escolher entre diferentes modos de vida (liberdade de escolha).

Esta abordagem distingue-se da “visão utilitarista”, porque aí os objetos valorizados andam em torno das utilidades individuais, como o prazer, a felicidade, satisfação de desejos. Na abordagem das capacidades são valorizadas as liberdades, não tanto os meios de vida (por exemplo, os rendimentos e recursos). Quando se fala em capacidades e realizações/sucessos não se pretende afirmar que estas aconteceram sempre por mérito pessoal, pois podem ser facilitadas por políticas. Aqui o que está em causa são os indivíduos terem ou não qualidade de vida e não tanto se aproveitam as possibilidades que têm ou tinham.

2 Proposta teórico-metodológica

Atendendo ao enquadramento conceptual global desenvolvido, neste capítulo apresenta-se uma proposta teórico-metodológica à qualidade de vida urbana assente em duas abordagens, a subjetiva e a objetiva. A nível subjetivo, a reflexão vai-se fundamentar num inquérito realizado a residentes nas áreas urbanas portuguesas. A nível objetivo foi criado um sistema de informação intra-urbano, que será testado para a cidade do Porto.

A nível subjetivo, este estudo procura enquadrar-se no conceito de Allardt (1993), a partir da noção de bem-estar perspectivada em três dimensões de análise (ser, ter, amar), numa perspectiva multidimensional (cultural, ambiental, económica, política e social), de forma a conseguirmos medir as satisfações em função das oportunidades e/ou dos recursos proporcionados em diferentes contextos urbanos. Em termos analíticos a abordagem metodológica desenvolvida inspira-se em Hancock (2000) quando ele concetualiza a qualidade de vida nas dimensões qualitativas e quantitativas, que se desenvolvem a nível individual ou colectivo.

A nível objetivo, este estudo vai cruzar as condições individuais com as habitacionais, num teste realizado à cidade do Porto. Igualmente enquadrada no conceito de Allardt (1993) e Hancock (2000).

2.1 A dimensão subjetiva

Em termos metodológicos vai ser analisado um inquérito por questionário, para avaliar a percepção da qualidade de vida e a satisfação pessoal. O instrumento de recolha de informação foi um questionário aplicado no âmbito do Projecto *Representações do Território* (Marques, 2002) que pretendia avaliar a percepção dos indivíduos sobre diferentes variáveis da qualidade de vida. Abrangendo aspetos ao nível da habitação e ao nível da envolvente social e geográfica em diferentes contextos territoriais do país. A população alvo é constituída por agregados familiares com filhos no 3º Ciclo de Ensino Básico, residentes em diferentes tipos de freguesias em Portugal Continental, totalizando 2590 questionários. A amostra tem uma margem de confiança de 99,7% para uma margem de erro de $\pm 3\%$.

Nesta base de dados, disponibilizada para a realização deste projeto de dissertação, foram seleccionados os questionários implementados nas freguesias urbanas, construindo uma amostra que abrangeu um total de 1007 indivíduos. Posteriormente, às respostas dadas por cada inquirido adicionamos uma variável que permite caraterizar o contexto territorial do local de residência. Assumindo-se que o contexto territorial de cada residência do indivíduo é principalmente determinado pela freguesia de residência.

O questionário remete para dois conjuntos de questões. Um conjunto relacionado com os níveis de satisfação global dos indivíduos e um outro com os níveis de satisfação com o local de residência.

Relativamente ao primeiro conjunto, pretendemos avaliar os níveis gerais de satisfação dos indivíduos, nos seguintes pontos:

Como é que os indivíduos avaliam o seu local de residência ou qual é o grau de satisfação com o local onde os indivíduos vivem?
Como é que os indivíduos avaliam a sua qualidade de vida ou qual é o nível de satisfação com o tipo de vida que levam?
Como é que os indivíduos avaliam a sua qualidade de vida em termos de níveis de satisfação com as relações sociais que desenvolvem, com os vizinhos, os amigos, a família, e com os colegas de trabalho?

Para avaliar os níveis de satisfação relativamente ao local de residência foram considerados os seguintes domínios temáticos: condições ambientais; serviços e equipamentos; habitação e trabalho; transportes e mobilidade; espaço público e imagem urbana; cidadania e governança.

A satisfação com as condições ambientais numa cidade passa pela satisfação relativamente a serviços e equipamentos que promovam uma cidade agradável e sustentável ambientalmente. Neste âmbito, a percepção vai concentrar-se em algumas matérias: o ambiente envolvente à habitação; os espaços verdes existentes, os serviços de água, os níveis de limpeza urbana, a recolha selectiva de resíduos, e os níveis de poluição existentes. Estes factores, entre outros, podem condicionar a qualidade de vida dos cidadãos e o relacionamento dos indivíduos com o espaço ambiental. A oferta de espaços verdes numa cidade, principalmente os jardins e parques, proporcionam espaços de usufruto, de recreio e lazer, favorecendo a convivência social. Por outro lado, são espaços que quebram ou rompem a malha urbana favorecendo as condições ambientais (qualidade do ar, clima urbano, permeabilização do solo, ...) contribuindo desta forma para um ordenamento urbano mais sustentável. A qualidade ambiental também passa pela oferta de um conjunto de infraestruturas e serviços básicos, nomeadamente a oferta de água e a recolha selectiva de resíduos. Os serviços e os níveis de qualidade da limpeza urbana contribuem não só para a salubridade, mas também para a imagem urbana e para a saúde pública em geral. Os níveis de poluição existentes resultantes da actividade humana, quer seja o ruído ou a qualidade do ar, interferem negativamente na qualidade de vida dos cidadãos e tem importantes impactos principalmente na saúde dos indivíduos.

Assim, a satisfação com os serviços e equipamentos, de maior ou menor proximidade, pode proporcionar aos cidadãos as condições e desenvolvimento das suas capacidades individuais e/ou do seu bem-estar coletivo. A satisfação com a oferta dos serviços de saúde remete para a prestação de cuidados de saúde imprescindíveis à sobrevivência e ao bem-estar dos indivíduos. Os serviços de educação condicionam o desenvolvimento social e económico e devem ajustar-se às dinâmicas urbanas, de forma a satisfazerem as necessidades dos indivíduos e reforçarem as liberdades de escolha. Os serviços de apoio social (creches, jardins-de-infância, lares e centros de dia) oferecem uma resposta às necessidades dos indivíduos e das famílias. Por outro lado, a oferta de comércio permite

a satisfação de necessidades de consumo mais ou menos comuns. A oferta de equipamentos de animação desportiva permite a prática de diversas modalidades desportivas e a sua proximidade pode estimular a actividade física generalizada, crucial à saúde dos indivíduos. A oferta de cultura e lazer deve contribuir para diversificar as oportunidades na ocupação dos tempos livres e de lazer. A oferta de bibliotecas e museus contribui para a difusão cultural e do conhecimento. Assim, no domínio dos serviços e equipamentos foram avaliados os níveis de satisfação relativamente à oferta de: serviços de saúde; 2. serviços de educação; 3. serviços de apoio social; 4. comércio existente; 5. instalações desportivas; 6. de cultura e lazer; 7. bibliotecas e museus. Em termos de políticas públicas, este domínio pode dar importantes informações relativamente aos níveis de satisfação dos serviços predominantemente públicos.

A habitação e o trabalho são dois aspetos fulcrais para os indivíduos desenvolverem as suas capacidades e as suas liberdades. A habitação é uma componente essencial para o desenvolvimento dos indivíduos, como tal uma oferta habitacional a nível local que satisfaça as necessidades dos indivíduos é essencial para a qualidade de vida urbana e dos indivíduos, pois a “habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a sua própria identidade e a sua função social.” (Marques 2004:369). Por outro lado, como refere Teresa Marques (2004:360) “o trabalho “ocupa hoje em dia um lugar ou uma função central nas ligações sociais e na realização individual. A falta de emprego é um dos principais factores de desintegração social e de desregulação individual”. A satisfação com a oferta de emprego local introduz consequências positivas na qualidade de vida não só a nível urbano mas também como do próprio indivíduo. Neste âmbito, a satisfação com a habitação e o trabalho baseia-se em dois vectores de análise: 1. A oferta de habitação local 2. As oportunidades de trabalho local. Em termos complementares avalia-se a disponibilidade dos indivíduos para mudar de local de residência tendo em vista um melhor emprego. Este domínio não será objeto de grandes análises, porque está em curso uma investigação específica sobre esse tema no âmbito de outra dissertação do curso de mestrado em Geografia.

Os transportes e mobilidade no quotidiano dos indivíduos assumem um papel fundamental, porque estes proporcionam a deslocação dos indivíduos de casa para o trabalho, e para actividades de consumo, lazer e cultura. Hoje em dia, um grande número de cidades defrontam-se com problemas graves de circulação e congestionamento de tráfego. Se por um lado, as necessidades de deslocação dos

indivíduos, de bens e serviços, têm vindo a aumentar, por outro lado, assiste-se a uma utilização massificada do automóvel, com consequências negativas em termos ambientais mas também de escoamento do próprio tráfego. Os transportes públicos e as redes viárias proporcionam a mobilidade coletiva dos cidadãos e interferem positivamente a nível ambiental. A oferta de táxis faculta a nível urbano um serviço de transportes de passageiros de um local específico e sem horários. A satisfação com a facilidade de deslocação automóvel remete para o uso de transporte individual e para a capacidade de deslocação que os cidadãos detêm a nível urbano. Assim, o domínio dos transportes e mobilidade assenta em três vectores analíticos 1. A oferta de transportes públicos; 2. A oferta de táxis; 3. A facilidade de deslocação automóvel. Com o crescimento urbano este domínio é cada vez mais importante na avaliação da qualidade de vida dos indivíduos.

O espaço público é o local de convivência e fomento de relações sociais. A imagem urbana é um quadro que se constrói a partir de vários elementos que podem condicionar a satisfação com determinadas áreas urbanas. A satisfação com o espaço público pode passar pelo estado de conservação das ruas, pela sua limpeza e qualidade estética, (entre outros), tudo contribuindo para a qualidade de vida dos indivíduos. A construção de uma imagem urbana satisfatória aos olhos dos indivíduos pode passar pela conservação dos edifícios, principalmente as suas fachadas, mas também pela qualidade e visibilidade dos espaços de encontro cívico. Assim, o domínio do espaço público e imagem urbana assenta a sua avaliação em cinco vectores de análise: 1. O estado de conservação das ruas; 2. As condições para passear; 3. A oferta de centros cívicos (espaços públicos de encontro); 4. A conservação de edifícios; 5. O prestígio do local. Aqui o espaço público aparece enquanto proporcionador de convívio e de bem-estar social, logo como factor condicionador da qualidade de vida.

“O desenvolvimento das cidades e regiões implica cada vez mais que os cidadãos se envolvam e participem directamente nas decisões que dizem respeito ao futuro dos seus territórios. A participação na vida política local e a capacidade de intervenção da sociedade civil são duas componentes fundamentais da participação cívica.” (Martins, 2003:77). Por um lado, a gestão autárquica trabalha ao nível do governo local, numa escala de proximidade e de satisfação das comunidades. Por outro lado, é preciso avaliar a capacidade ou as oportunidades dos indivíduos para participarem nas decisões locais e na construção de um futuro concertado que vá ao encontro dos múltiplos interesses. Em

termos de cidadania é fundamental um clima de civismo, que favoreça um bem-estar social e uma boa convivência das pessoas. Embora as relações de vizinhança possam ser cada vez mais brandas, ter boas relações com os vizinhos pode contribuir para um primeiro patamar de governança local. Por outro lado, problemas de segurança e criminalidade podem condicionar a qualidade de vida em determinados contextos urbanos. Assim, no domínio da cidadania e governança problematiza-se a satisfação em cinco vectores de análise: 1. A gestão autárquica; 2. O civismo das pessoas; 3. A segurança; 4. As relações de vizinhança; 5. A possibilidade de intervenção na vida política local. Este domínio traz importantes informações para o debate da qualidade de vida.

Dimensões de análise	Vectores de análise
Condições Ambientais	1. O ambiente envolvente à habitação, 2. Os espaços verdes existentes, 3. Os serviços de água, 4. Os níveis de limpeza, 5. A recolha selectiva de resíduos, 6. Os níveis de poluição existentes
Serviços e Equipamentos	1. A oferta de serviços de saúde, 2. A oferta de serviços de educação, 3. A oferta de serviços de apoio social, 4. A oferta de comércio existente, 5. A oferta de instalações desportivas, 6. A oferta de cultura e lazer, 7. A oferta de bibliotecas e museus.
Habitação e Trabalho	1. A oferta de habitação local, 2. As oportunidades de trabalho locais
Transportes e Mobilidade	1. A oferta de transportes públicos, 2. A oferta de táxis, 3. As facilidades de deslocação automóvel
Espaço Público e Imagem Urbana	1. O estado de conservação das ruas, 2. As condições para passear, 3. Os centros cívicos (espaços públicos de encontro), 4. A conservação dos edifícios, 5. O prestígio do local
Cidadania e Governança	1. A gestão autárquica, 2. O civismo das pessoas, 3. A segurança, 4. As relações de vizinhança, 5. A possibilidade de intervenção na vida política local.

Como objeto de estudo, como referimos, interessa-nos perceber se a qualidade de vida varia em função do tipo de área urbana de residência. Assim, foi acrescentada uma variável à base de dados - a freguesia de residência do indivíduo.

Esta variável foi categorizada em 3 tipos: área urbana consolidada pouco povoada (centros de algumas cidades); área urbana consolidada muito povoada (1ª coroa urbana); área urbana periférica (periferias urbanas, 2ª coroa urbana).

Esta classificação assentou numa tipologia sócio-económica realizada por Teresa Sá Marques à escala de freguesia - Mosaico Territorial (Marques, 2004: 196):³

³ Ver anexo 2

Designação de Marques, 2004	Descrição dos 3 tipos de áreas urbanas (Marques 2004:194)	Designação a adotar neste estudo
Periferia urbana muito dinâmica evidencia uma estrutura social diversificada e uma ocupação de solo heterogenia	“Densidades e dinâmicas populacionais altas ou muito altas num contexto demográfico com uma forte presença de pessoas em idade adulta e com níveis de instrução em geral razoáveis. A dimensão das famílias é superior às classes anteriores. Há uma elevada dinâmica e concentração de emprego no comércio, indústria e serviços. As dinâmicas construtivas são altas e eventualmente muito altas. Em termos de ocupação agrícola, podemos encontrar pequenas e médias explorações hortícolas. São áreas que estão a registar mutações fortes (dinâmicas populacionais, de emprego e de ocupação do solo).”	Área urbana periférica ou periferia urbana (normalmente a 2ª coroa urbana)
Tecido urbano relativamente consolidado onde dominam os residentes	“Densidades elevadas de população residente, emprego, construção e funções (de comércio e serviços) coexistem num contexto urbano relativamente consolidado. O emprego é dominante no sector terciário.”	Área urbana consolidada povoada (normalmente a 1ª coroa urbana)
Altas densidades associam-se a elevada concentração no emprego do sector terciário e a dinâmicas residências por vezes regressivas	“Densidades altas conjugam-se com dinâmicas populacionais por vezes regressivas. A oferta de comércio e serviços é alta e há uma elevada concentração de emprego terciário e nas áreas mais qualificadas. As dinâmicas de construção são razoáveis num contexto urbano denso.”	Área urbana consolidada despovoada (normalmente os centros das cidades)

Os dados recolhidos foram objeto de análises com recurso às técnicas de análise descritiva e bivariada, de forma a perceber as diferentes dimensões da qualidade de vida, bem como os fatores que poderão ser determinantes em termos de política pública.

2.2 A dimensão objetiva

Neste nível vai-se fazer uma análise à qualidade de vida urbana seguindo uma abordagem objetiva, a partir de variáveis quantitativas. Esta abordagem objetiva organiza-se em duas dimensões: uma centrada nas características territoriais, que de certa forma reflete as políticas e as opções de planeamento municipal; a outra centrada nos indivíduos que de certa forma reflete as oportunidades e as capacidades de escolha dos indivíduos.

Na primeira dimensão, a que se reflete às características dos locais, às políticas e à gestão urbana, vamos concentrar os nossos objetivos analíticos no domínio da habitação. Como vimos no capítulo anterior há outras dimensões cruciais para a avaliação da qualidade de vida (condições ambientais, transportes e mobilidade, equipamentos e serviços, etc), mas dada a escassez de tempo e os objetivos gerais deste projecto somos obrigados a trabalhar só este domínio. O tipo de reflexão que vamos fazer para a habitação poderia ser realizado, com as respectivas adaptações, para os outros domínios da qualidade de vida e dessa forma termos uma avaliação global seguindo uma abordagem objetiva.

Esta abordagem vai estruturar-se em duas dimensões:

- no domínio da habitação, a análise vai-se concentrar na avaliação do edificado e das suas características;
- no domínio dos indivíduos, a análise vai-se concentrar nas características da população e da família.

Segundo a sistematização de Cortés Alcalá (1998, referido por Marques, 2004:369), “as funções que a habitação satisfaz são as seguintes: é um elemento físico que permite a construção de um espaço onde se reproduz a instituição família; é um elemento físico que permite a construção da personalidade dos indivíduos; é um espaço de integração social e de socialização; é um lugar de consumo e de produção de bens e serviços; é um espaço de ócio e de comunicação.” Neste sentido, a habitação surge como tema central numa avaliação multi-dimensional da qualidade de vida.

No domínio da habitação, ou mais concretamente do edificado e das suas características, consideramos que devemos realçar quatro problemas cruciais que podem comprometer a qualidade de vida dos indivíduos:

- 1) problemas graves de **degradação física** do edificado;
- 2) problemas ao nível da **infraestruturação básica** dos alojamentos (eletricidade, retrete, água canalizada e sistemas de aquecimento);
- 3) problemas de **sobrelotação** dos alojamentos residenciais;
- 4) problemas de **conforto e condições mínimas** habitacionais.

A habitação, mais propriamente as características do edificado enquanto espaço físico de maior ou menor qualidade, é um fator condicionador do bem-estar dos seus habitantes. A qualidade do edificado pode passar pelo estado de conservação e pelas eventuais necessidades de reparação e pela existência e qualidade das infra-estruturas. Ou seja, a uma habitação bem conservada e bem infra-estruturada contribui para a qualidade de vida dos seus habitantes. A qualidade habitacional depende também do tipo de alojamento, pois os alojamentos não clássicos não garantem um mínimo de condições de habitabilidade, pois apresentam diversas carências ao nível das infra-estruturas, do espaço disponível, da salubridade, entre muitos outros aspectos.

As condições de habitabilidade estão também condicionadas pela dimensão do agregado doméstico. A existência de sobrelotação compromete a qualidade de vida dos diferentes elementos do agregado familiar na medida em que o espaço do alojamento e o número de divisões não são suficientes para proporcionarem níveis de conforto e bem-estar ao desenvolvimento pessoal e à sociabilidade doméstica.

Face a esta identificação dos problemas foram refletidos os indicadores mais significativos para retratar estas questões. Assim, tendo em conta a informação disponível no Instituto Nacional de Estatística, referente ao Recenseamento da População e da Habitação de 2001, foram selecionados os seguintes indicadores:

1. Edifícios com necessidade de reparação (incluindo os muito degradados) (%)
2. Alojamentos familiares clássicos ocupados, com eletricidade, retrete e água canalizada e sistema de aquecimento (com banho) (%)
3. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%)
4. Alojamentos familiares não clássicos (%).

No domínio dos indivíduos, mais concretamente das características das populações e das famílias, seleccionamos cinco questões que podem influenciar a qualidade de vida:

- 1) A **escolaridade**, pois condiciona ou potencia as capacidades e as oportunidades de acesso ou de escolha dos indivíduos;
- 2) O **envelhecimento**, que fragiliza as capacidades físicas e mentais dos indivíduos;
- 3) O **acesso ao trabalho**, que é determinante na integração social e nos rendimentos dos indivíduos e das famílias;
- 4) O **isolamento**, nomeadamente quando os indivíduos são idosos e residem sós;
- 5) A **integração na sociedade**, nomeadamente quando os indivíduos estão condicionados socialmente por serem estrangeiros.

Face a esta identificação foram seleccionados indicadores capazes de ilustrar estas questões. Assim, face à informação disponível no INE de 2001, foram escolhidos os seguintes indicadores:

1. Indivíduos residentes com um curso superior completo (%)
2. População residente com 65 ou mais anos (%)
3. População residente desempregada (%)
4. Famílias compostas só por indivíduos com 65 ou mais anos (%)
5. População residente de nacionalidade Brasileira, Angolana, Moçambicana, Cabo-verdiana, São Tomense, Guineense (da Guiné-Bissau), Timorense ou Macaense (%)

Neste âmbito, em primeiro lugar vamos representar espacialmente, no concelho do Porto, estes dois domínios, cartografando cada um dos indicadores, ou seja caracterizando as condições habitacionais e as estruturas sociais em função das dimensões analíticas apresentadas. Vamos procurar tipificar os territórios em função das características dos indivíduos e das características habitacionais. Vamos fazer um exercício exploratório de classificação territorial, na tentativa de criar uma tipologia de áreas na cidade, de forma a aferir a incidência territorial das questões seleccionadas. Em suma, por um lado, pretendemos sinalizar as áreas onde as condições de habitabilidade podem estar a condicionar a qualidade de vida dos residentes. Por outro, pretendemos indicar as áreas onde as características dos indivíduos podem influenciar a qualidade de vida dos indivíduos. A articulação destes dois domínios pode dar pistas em

matéria de políticas urbanas, nomeadamente para a reabilitação urbana mas também em matéria de políticas sociais.

Em termos metodológicos vamos começar por cartografar as variáveis seleccionadas, por subsecção, relativamente a 2001. Para cada indicador calculamos a média dos valores das sub-secções do Porto, para termos um valor médio de referência. Na construção da cartografia as classes foram construídas a partir do método do *natural break*. Os valores mais favoráveis relativamente ao valor médio terão a cor verde e os menos favoráveis a cor vermelha. O valor médio ou valores aproximados são retratados pela cor amarela.

A opção por esta combinação cromática deve-se à bibliografia em torno da temática da qualidade de vida - por exemplo, no *Índice de felicidade mundial* (Happy planet index 2.0: 2011) ou na obra *La Metropolisation dans l'espace méditerranéen français* (2004). A partir de uma associação cromática à lógica dos semáforos procura-se exprimir uma avaliação positiva (cor verde), uma razoável (cor amarela) e uma negativa (cor vermelho). Estamos conscientes que o uso destas cores não é o mais correto do ponto de vista cartográfico. Ou seja, uma cartografia temática normalmente opta por usar a cor vermelha para as situações positivas, o amarelo para as situações intermédias, e o azul para os valores abaixo da média.

Capítulo III – Desenvolvimento empírico

Seguindo o modelo teórico-metodológico proposto no capítulo anterior, este capítulo vai-se estruturar em duas dimensões analíticas.

A primeira, a dimensão subjetiva, pretende avaliar os graus de satisfação das populações residentes em meio urbano relativamente ao seu território de proximidade residencial. Neste âmbito, como já referimos a informação baseia-se num inquérito a 1007 indivíduos residentes em contextos urbanos diversificados - áreas urbanas consolidadas relativamente despovoadas (normalmente os centros das cidades); áreas urbanas consolidadas e densamente povoadas (normalmente a 1ª coroa urbana); periferias urbanas (normalmente a 2ª coroa urbana).

A segunda, a dimensão objetiva, procura sistematizar um conjunto de indicadores relativos às características sociais (indivíduos e famílias) e habitacionais (edifícios e alojamentos) para tipificar os territórios urbanos. Esta análise integrada será realizada para o concelho do Porto.

1 A dimensão subjetiva

No inquérito implementado, como já referimos, foram questionadas 1007 pessoas residentes em áreas urbanas de Portugal Continental. A maioria dos inquiridos tem idades compreendidas entre os 30 e 44 anos (56,4%) e os 45 e 59 anos (32,4%), havendo uma predominância do sexo feminino (66,6%). São pessoas com níveis de escolaridade muito diferenciada: 1º ciclo (20%), 6 anos (15,2%), ensino básico (24,8%), ensino secundário (18,2%), licenciatura ou bacharelato (20%)⁴. Dominam os agregados domésticos com 3 ou 4 elementos (72,4%)⁵.

⁴ Analfabetos 0,8% e não responderam 1,1%.

⁵ Com 5 ou mais elementos são 18,2%, e de um ou dois elementos são 8,2%.

Esta amostra é só representativa dos agregados domésticos com filhos a frequentar o ensino básico, logo as conclusões remetem-nos para as percepções dos indivíduos em idade ativa, com filhos em idade escolar, que residem em áreas urbanas. A amostra é significativa em termos estatísticos.

Esta dimensão vai ser estruturada em duas partes:

- A primeira parte, vai-se focalizar nos graus de satisfação relativamente ao local de residência (numa escala de 1 a 10) e nos níveis de auto-classificação da qualidade de vida dos indivíduos (numa escala de 1 a 10). Simultaneamente os indivíduos avaliam a sua satisfação relativamente ao tipo de vida que desfrutam (numa escala de 1 a 5) e se estão satisfeitos ou não com os relacionamentos sociais que desenvolvem no seio da família, dos amigos, nos ambientes de trabalho e no espaço de vizinhança residencial. Os resultados destas percepções vão ser depois confrontados com a tipologia de áreas urbanas.
- A segunda parte, vai-se focalizar nas percepções relativas aos espaços de proximidade das residências, analisando por domínio (condições ambientais; equipamentos e serviços; trabalho e mobilidade; habitação e trabalho; espaço público e imagem urbana e cidadania e governança) os níveis de satisfação. Os resultados destas percepções vão ser depois também confrontados com a tipologia de áreas urbanas.

1.1 Qualidade de vida e satisfação no Portugal urbano

1.1.1 Uma percepção global dos resultados

Em termos de informação geral, interessa-nos avaliar se a população residente em áreas urbanas está satisfeita com o seu local de residência, com a sua qualidade de vida e com o seu tipo de vida (figura 1, 2 e 3).

Os residentes em áreas urbanas têm um alto grau de satisfação com o seu local de residência. Numa escala de 1 a 10, apresentam uma média de 7,2, com frequências muito elevadas para as pontuações 8 (26,2%) e 7 (14,5%). As avaliações negativas (abaixo de 5) são muito pouco significativas. Relativamente à qualidade de vida, a

média atingida foi 6,7, com frequências significativas para as pontuações 5 (21,2%), 7 (18,8%) e 8 (23,7%). Por fim, é de realçar que os residentes estão razoavelmente satisfeitos com o tipo de vida que levam (54,2%), ou mesmo bastante satisfeitos (23,5%).

Com os intensos processos de urbanização sentidos nos últimos 30 anos em Portugal, questionámo-nos sobre o papel ou a importância que os lugares têm na identidade e no desenvolvimento pessoal dos indivíduos e das comunidades. Ou seja, antes de olharmos para as percepções individuais relativamente aos espaços residenciais de proximidade tem sentido verificar a importância que os indivíduos dão à família, ao local onde nasceram e onde residem, à profissão que exercem e à escolaridade que possuem. Segundo as respostas, o que melhor os caracteriza é sobretudo a família a que pertencem (47,5%), e ainda o local onde nasceram (18,8%) e a profissão que exercem (14,8%). Não é dada grande importância à escolaridade e ao local de residência (5 e 6%).

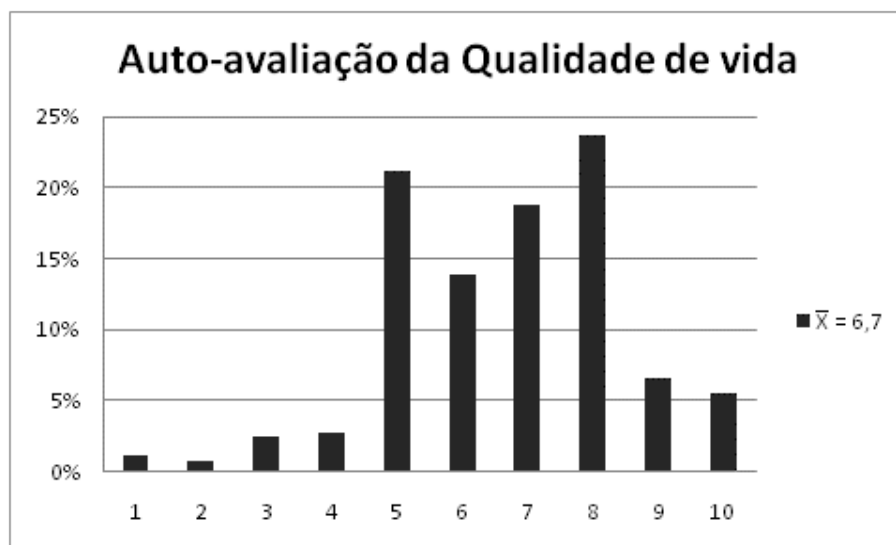
Assim, partimos para esta análise, em torno das percepções relativas aos territórios de proximidade, com a ideia que o local de residência não é muito autovalorizado no desenvolvimento dos indivíduos.

Figura 1 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao local de residência (numa escala de 1 a 10).



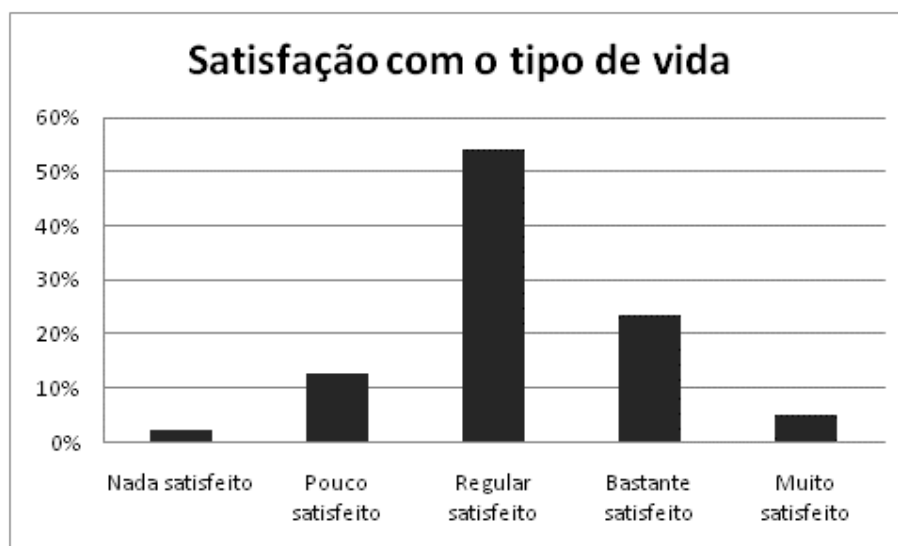
Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Figura 2 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de auto-avaliação da qualidade de vida (numa escala de 1 a 10).



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Figura 3 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de satisfação relativamente ao tipo de vida que desfrutam (numa escala de 1 a 5).



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Em termos de sociabilidades, os inquiridos revelam estar satisfeitos com os relacionamentos sociais que desenvolvem. Os níveis de satisfação são muito elevados quer com a família (93%), quer com os amigos (86%), os vizinhos (68%) ou os colegas de trabalho (71,3%).

De forma a avaliarmos o maior ou menor enraizamento relativamente ao atual local de residência, questionamos os indivíduos sobre a sua disponibilidade para mudarem de residência numa eventual hipótese de lhes oferecerem um emprego muito interessante num outro local. Os indivíduos não demonstraram grande disponibilidade para mudar de local de residência face a uma nova oportunidade de emprego (mais de 50% não aceitaria).

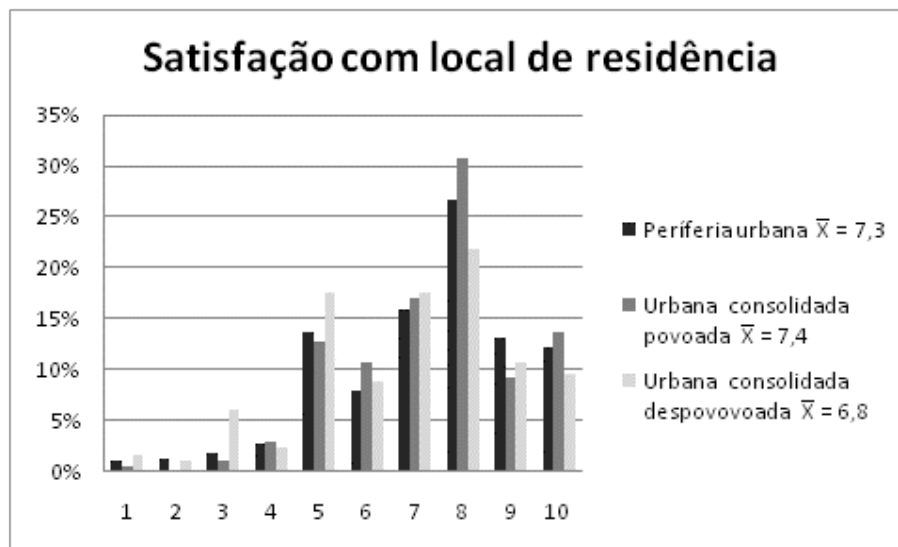
Assim, numa análise global podemos concluir que os indivíduos residentes em áreas urbanas estão satisfeitos com o seu local de residência, com o tipo de vida que levam e com a sua qualidade de vida. Estão igualmente satisfeitos com as relações sociais que desenvolvem. Mostram pouca disponibilidade para mudar de local residência, ainda que não valorizem o local onde vivem quando questionados sobre o que os caracteriza. A família e o local de naturalidade marca-os mais que a escolaridade que possuem e o local onde residem.

1.1.2 Perceções em função do tipo de área residencial

Neste segundo momento pretendemos analisar as perceções em função do local de residência dos indivíduos, ou seja em função do tipo de freguesias urbanas onde os indivíduos residem.

A população inquirida (figura 4), classifica a sua satisfação com o local de residência de muito bom (nível 8). O perfil de satisfação nas diferentes áreas urbanas é relativamente semelhante: baixos valores nas classificações negativas (1 a 4); poucos classificam o local com 5 a 7 (10 a 15 %); o pico de satisfação manifesta-se em quaisquer das áreas urbanas na pontuação 8; os valores mais altos (9 e 10) atingem valores significativos (cerca 10% dos inquiridos, respectivamente).

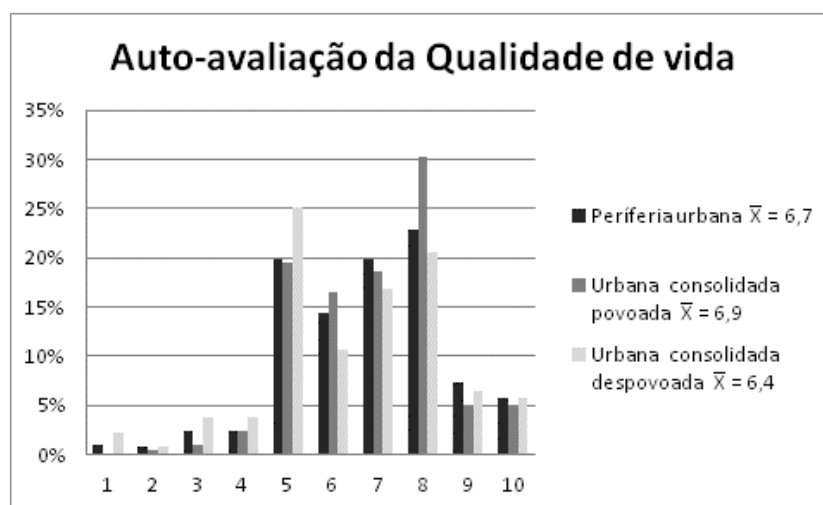
Figura 4 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por graus de satisfação relativamente ao local de residência (numa escala de 1 a 10), segundo a tipologias de áreas residenciais.



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Em termos comparativos (figura 4), a população residente nas áreas urbanas consolidadas relativamente despovoadas (normalmente os centros das cidades) mostram um menor grau de satisfação com o seu local de residência face aos residentes nas outras áreas urbanas (a pontuação média é a mais baixa, 6,8). A avaliação dos residentes nas periferias urbanas é muito semelhante aos residentes nas áreas urbanas consolidadas muito povoadas (a pontuação média é semelhante, 7,3 e 7,4, respectivamente).

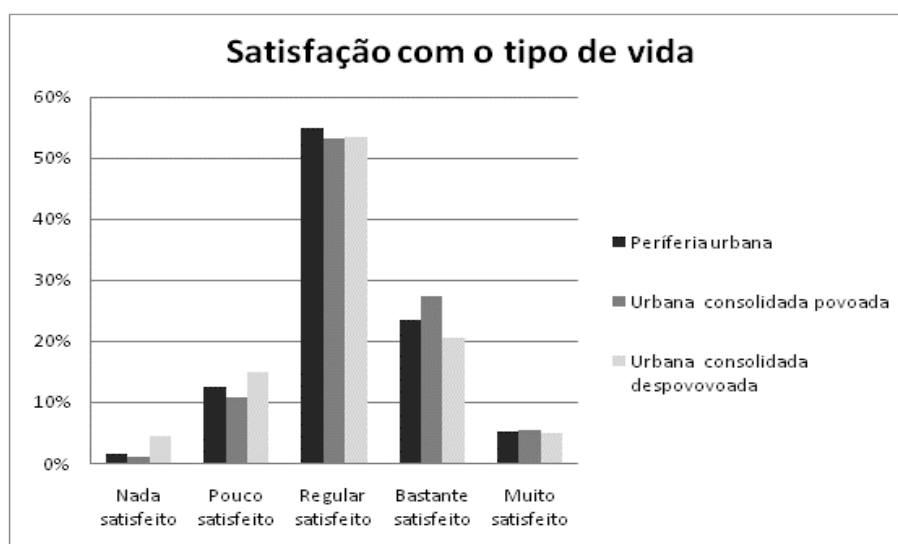
Figura 5 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de auto-avaliação da qualidade de vida (numa escala de 1 a 10), segundo a tipologias de áreas residenciais.



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

O perfil da avaliação da qualidade de vida nas diferentes áreas urbanas (figura 5) é relativamente idêntico: baixos valores com a classificação negativa (1 a 4); por volta de 10 a 30% classifica a qualidade de vida com pontuação de 5 a 7; o pico de avaliação dos residentes das áreas urbanas consolidadas despovoadas verifica-se na pontuação 5, mas nas restantes áreas salta para os 8 valores; as pontuações mais altas (9 e 10) têm valores ainda significativos (5% a 7%). A média de avaliação é 6,7, com 6,4 nas áreas urbanas consolidadas despovoadas e 6,7 nas periferias urbanas. No entanto, a média registada nos residentes das áreas urbanas consolidadas e povoadas sobe para 6,9%. A área consolidada povoada, no grau de satisfação 8 detém 30,7% do total de indivíduos satisfeitos. Em suma, seja qual for a área urbana considera-se que a qualidade de vida é expressamente positiva.

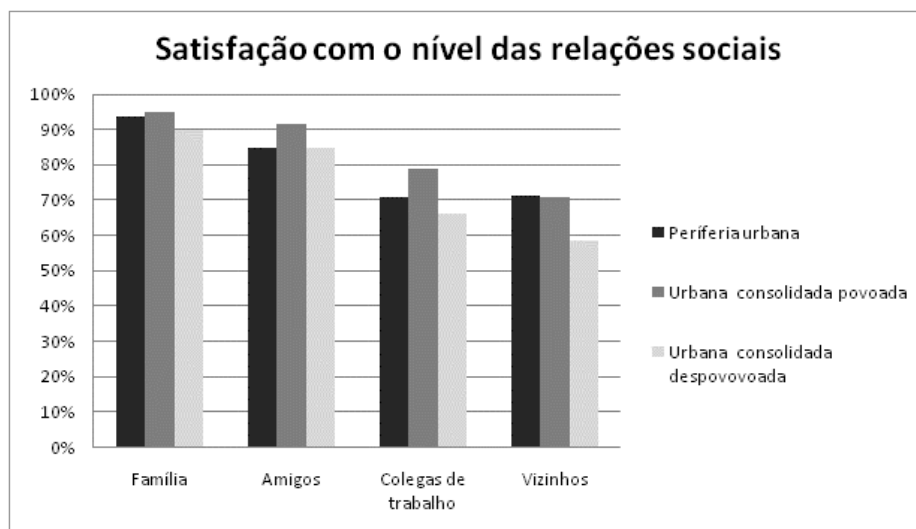
Figura 6 – Percentagem de indivíduos inquiridos, por níveis de satisfação relativamente ao tipo de vida que desfrutam (numa escala de 1 a 5).



Fonte: Base de Dados do Projeto "Representações Territoriais", 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

O perfil de satisfação com o tipo de vida (figura 6) nas diferentes áreas é relativamente semelhante: regularmente satisfeitos é a classificação mais elevada, com valores superiores a 50%; na classificação bastante satisfeitos, independentemente da área, estes encontra-se sensivelmente entre os 20% e 27%; muito satisfeitos os valores desta classificação rondam os 5%; quanto à classificação pouco satisfeito esta representa 10% a 15%; finalmente a classificação nada satisfeito não excede os 5%.

Figura 7 – Percentagem de indivíduos inquiridos, satisfeitos com as relações sociais que desenvolvem, no seio da família, dos vínculos de amizade, dos ambientes de trabalho e na vizinhança residencial.



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

O perfil de satisfação com as diferentes relações sociais nas diferentes áreas urbanas é relativamente semelhante (figura 7): valores mais elevados na satisfação com a família, igual ou superior a 90%; a satisfação com os amigos aproxima-se dos 85%, mas existindo na área urbana consolidada povoada um pico de cerca de 92%; em relação aos vizinhos o grau de satisfação é cerca de 70%, contudo na área urbana consolidada despovoada a satisfação desce para cerca de 60%; os colegas de trabalho demonstram uma satisfação aproximadamente de 70%, havendo um pico na cidade consolidada povoada de cerca de 80%. Globalmente os níveis de relacionamento com os vizinhos são os que apresentam valores de satisfação menores, sobretudo nos centros das cidades.

Concluindo, a satisfação relativamente às relações sociais dos indivíduos inquiridos com a sua família, amigos, vizinhos e colegas de trabalho é na área consolidada despovoada que se encontram valores mais baixos face às outras áreas em estudo.

1.2 Amenidades urbanas associadas ao local de residência

1.2.1 Níveis de satisfação por domínios analíticos

No grau de satisfação relativamente às amenidades urbanas do local de residência, os indivíduos de uma forma geral demonstram diferentes níveis de avaliação (figura 8), evidenciando-se os seguintes padrões nas diferentes dimensões em análise:

- Nas condições ambientais os residentes estão maioritariamente satisfeitos com os serviços de água, o ambiente envolvente à residência e a recolha seletiva de resíduos. Independentemente dos níveis de satisfação há ainda um número considerável de residentes insatisfeitos. A insatisfação manifesta-se com maior intensidade nos níveis de poluição, na oferta de espaços verdes e nos níveis de limpeza urbana.
- Os serviços e equipamentos dependem fortemente das políticas públicas. Dada a sua pertinência, parece-nos que os níveis de satisfação são claramente fracos. As insatisfações registam-se sobretudo ao nível dos equipamentos e serviços de animação desportiva, cultura e lazer, e museus e bibliotecas. A satisfação é mais elevada nos serviços de educação. A oferta de serviços de saúde aparece com níveis de satisfação relativamente baixos (só 52% dos inquiridos estão satisfeitos) e há uma fraca sensibilidade aos serviços de apoio social (estes serviços não interessam a 15% dos inquiridos). A avaliação da oferta comercial é razoável.
- Nos transportes e mobilidade existe uma razoável satisfação, com os transportes públicos (63%) e a facilidade de deslocação automóvel (72%). Salienta-se que embora haja satisfação com a oferta de táxis, há cerca de 20% dos indivíduos não lhes interessa este meio de transporte, possivelmente porque utilizam pouco este serviço.

Figura 8: Percentagem de inquiridos, por tipo de satisfação, relativamente às amenidades urbanas localizadas nas proximidades da residência.

	Satisfeito	Não satisfeito	Não lhe interessa	Não respondeu
Condições ambientais				
o ambiente envolvente	68	21	5	6
os espaços verdes existentes	40	54	2	5
os serviços de água	74	18	2	6
os níveis de limpeza	49	45	2	5
a recolha selectiva de resíduos	58	34	3	5
os níveis de poluição existentes	34	57	3	6
Serviços e equipamentos				
a oferta de serviços de saúde	52	42	2	4
a oferta de serviços de educação	74	19	3	4
a oferta de serviços de apoio social	38	39	15	8
a oferta de comércio existente	66	24	5	6
a oferta de instalações de animação desportiva	36	47	11	6
a oferta de cultura e lazer	31	54	8	7
a oferta de bibliotecas e museus	31	57	6	7
Transportes e mobilidade				
os transportes públicos	63	23	9	5
a oferta de táxis	53	21	20	6
as facilidades de deslocação automóvel	72	21	3	4
Espaço público e imagem urbana				
o estado da rua	31	63	2	5
a possibilidade de passear	63	26	7	5
os centros cívicos (espaços públicos de encontro)	28	52	14	7
a conservação dos edifícios	41	44	8	7
o prestígio do local	59	22	13	7
Cidadania e governança				
a gestão autárquica	33	44	16	8
o civismo das pessoas	39	50	5	6
a segurança	42	53	1	4
as relações de vizinhança	71	15	10	4
a possibilidade de intervenção na vida política local	19	25	48	8
Habitação e trabalho				
a oferta da habitação local	53	27	14	7
as oportunidades de trabalho locais	37	42	14	7

Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

- No espaço público e imagem urbana revelam-se insatisfações com o estado das ruas, a oferta de centros cívicos (espaços públicos de encontro), e com a conservação dos edifícios ou seja o espaço físico. No entanto, encontram-se satisfeitos com a possibilidade de passear e o prestígio do local.

- Na cidadania e governança encontramos fortes níveis de insatisfação, sobretudo na gestão autárquica, no civismo das pessoas e na segurança pública. A possibilidade de intervenção na vida política local não interessa a 48% dos indivíduos. Em termos de relacionamentos de vizinhança a avaliação é boa.

- No domínio da Habitação e Trabalho existe uma razoável satisfação com a oferta de habitação local (52%) e uma insatisfação com as oportunidades locais de trabalho (42%). Regista também um número significativo (14%) de pessoas que não lhes interessam este domínio, talvez porque já tinham emprego e habitação.

Em termos conclusivos, numa abordagem global relativamente às amenidades oferecidas no local de residência, podemos sintetizar que existe uma satisfação geral com as condições ambientais e os transportes e mobilidade. Há alguma insatisfação com os serviços e equipamentos e com o espaço público e a imagem urbana, mas é ao nível da cidadania e da governança que os residentes estão mais insatisfeitos ou desinteressados.

Em termos espaciais (figura 9), e nos diferentes domínios, os inquiridos consideram que a qualidade de vida é sobretudo preocupante nos centros das grandes cidades (37,3%), seguindo-se as periferias das grandes cidades (18,5%) e as pequenas cidades e vilas (2,8%). Nas cidades médias não há percepção que a qualidade de vida seja preocupante (0,5%).

Figura 9: Percentagem de inquiridos que consideram preocupante a qualidade de vida nos centros das grandes cidades, nas periferias das grandes cidades, nas cidades de dimensão média e nas pequenas cidades e vilas

Locais onde a qualidade de vida é mais preocupante	Mais preocupante				Menos preocupante	
	1	2	3	4	5	Não respondeu
Centros grandes cidades	37,3%	16,6%	4,4%	3,8%	16,3%	21,6%
Periferia das grandes cidades	18,5%	29,6%	11,0%	15,5%	3,5%	21,9%
Cidades médias	0,5%	10,4%	50,8%	10,6%	5,7%	21,9%
Pequenas cidades e vilas	2,8%	16,2%	7,1%	43,3%	8,7%	21,8%

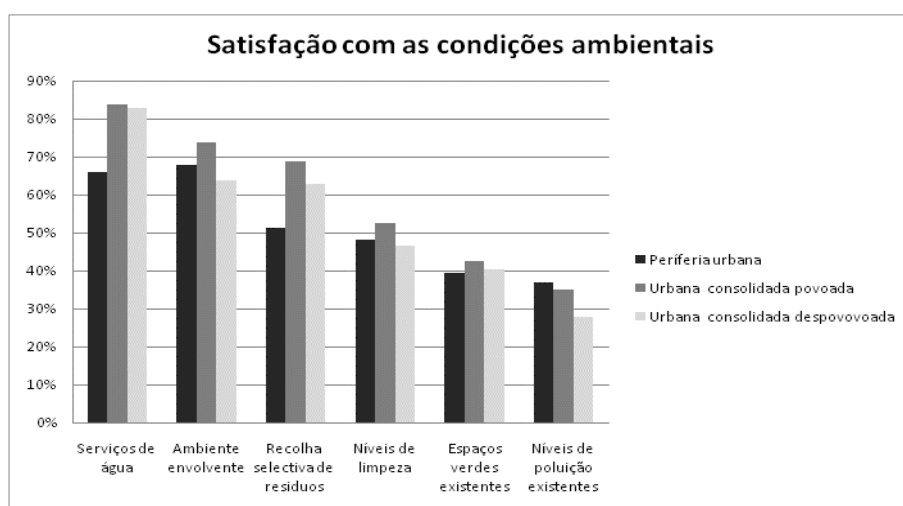
Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

1.2.2 A percepção das amenidades urbanas em função do tipo de área residencial

Este capítulo vai procurar analisar o grau de satisfação relativamente às amenidades urbanas nos espaços residenciais em diferentes contextos urbanos.

No domínio das **condições ambientais** (figura 10) encontramos um perfil de satisfação semelhante nas diferentes áreas urbanas: níveis de satisfação altos (aproximadamente entre 60% e 80%) com o ambiente envolvente, os serviços de água, e a recolha seletiva de resíduos; e níveis mais baixos de satisfação (cerca de 25% a 50%) com os espaços verdes, os níveis de poluição e a limpeza urbana.

Figura 10 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com as condições ambientais nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Por norma, os residentes nas periferias urbanas demonstram níveis de satisfação menores que os residentes nas restantes áreas, nomeadamente relativamente aos serviços de água e à recolha seletiva de resíduos.

Os que residem nos centros das cidades (nas áreas urbanas consolidadas e despovoadas) estão relativamente satisfeitos com as condições ambientais (serviços de água, recolha selectiva de resíduos e níveis de limpeza). Mas estão insatisfeitos com os níveis de poluição e com os espaços verdes existentes.

Mas, é nas áreas urbanas consolidadas densamente povoadas que os residentes estão mais satisfeitos com as condições ambientais, em quase todas as matérias analisadas (excluindo só os níveis de poluição).

Nos serviços e equipamentos (figura 11) podemos encontrar um perfil de satisfação relativamente semelhante, nas diferentes áreas urbanas: o comércio existente e os serviços de educação com altos graus de satisfação (entre os 60% e os 80%) e a cultura e lazer, os serviços de saúde, as instalações de animação desportiva e as bibliotecas e museus com níveis de satisfação razoáveis (entre os 20% e os 65%).

Figura 11 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com a oferta de serviços e equipamentos nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial



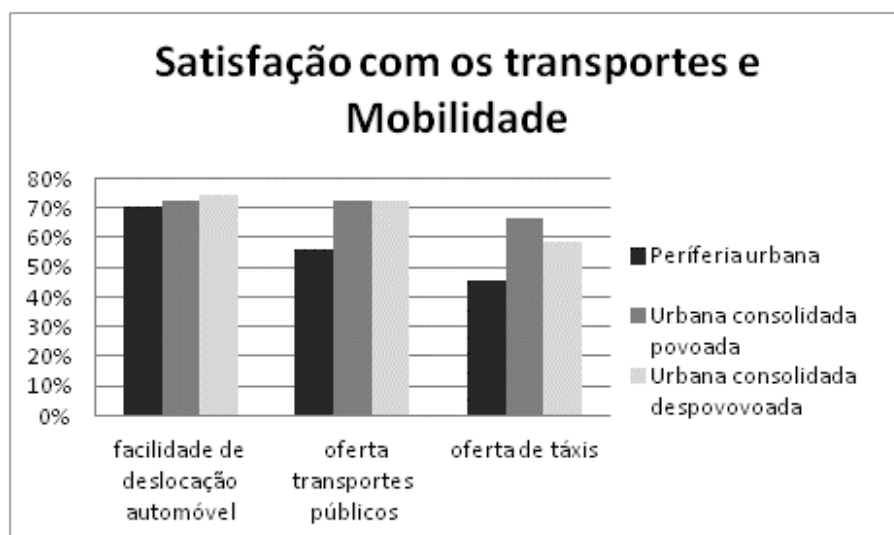
Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Relativamente aos **equipamentos e serviços** há um maior grau de satisfação com a oferta existente nas áreas urbanas consolidadas povoadas (serviços de educação, saúde, cultura, desporto e lazer). Nesta matéria as áreas urbanas centrais estão também relativamente bem avaliadas. No entanto, nas periferias urbanas há genericamente uma pior avaliação em todos os tipos de equipamentos e serviços.

Nas áreas urbanas mais periféricas os níveis de satisfação são positivos na oferta de serviços de educação (71%) e na oferta de comércio (61%). Contudo, os indivíduos estão menos satisfeitos com a oferta dos serviços de saúde, com as instalações de animação desportiva e com os serviços de cultura e lazer.

O perfil de satisfação com os **transportes e mobilidade** (figura 12) pode ser retratado, positivamente, nas três áreas residenciais. Genericamente há grandes facilidades de deslocação automóvel em qualquer das áreas analisadas (satisfações em torno dos 70%), mas os transportes públicos e a oferta de táxis têm más avaliações nas periferias urbanas e bons níveis de satisfação nas áreas urbanas consolidadas.

Figura 12 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com a oferta de transportes e a mobilidade nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial

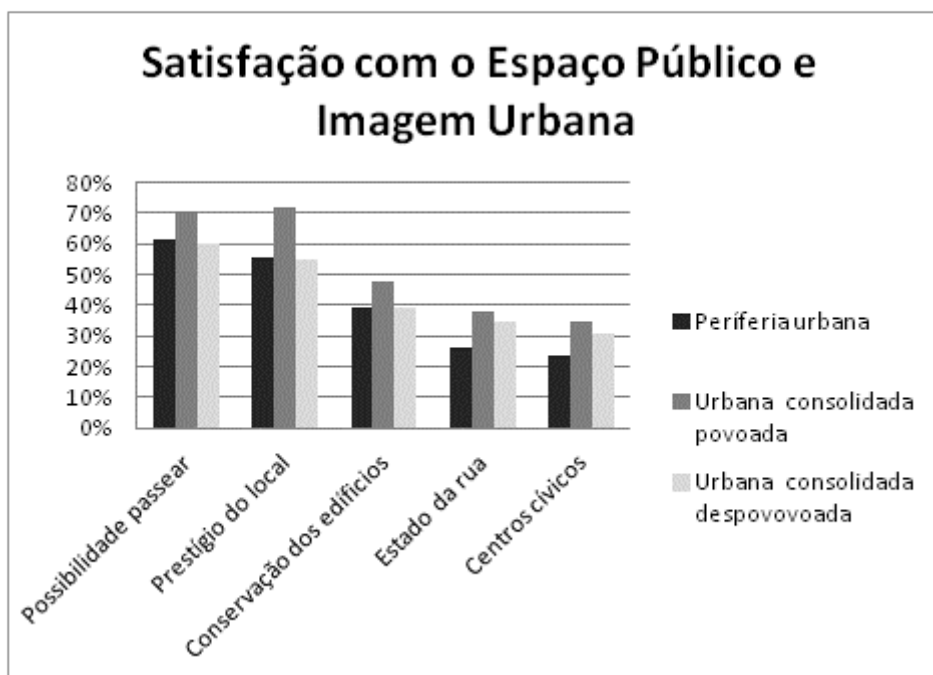


Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Os **espaços públicos e a imagem urbana** (figura 13) apresentam um perfil de satisfação relativamente semelhante nas diferentes áreas residenciais. A possibilidade de passear e o prestígio do local apresentam graus de satisfação razoavelmente altos (entre os 55% e os 72%), mas o estado das ruas, a conservação dos edifícios, e a oferta de centros cívicos mostram patamares de satisfação relativamente baixos (24% e os 48%).

Os **graus de satisfação mais elevados encontram-se claramente nas áreas urbanas consolidadas mais povoadas**, é nas periferias urbanas que os níveis de satisfação são mais baixos.

Figura 13 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com o espaço público e a imagem urbana nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

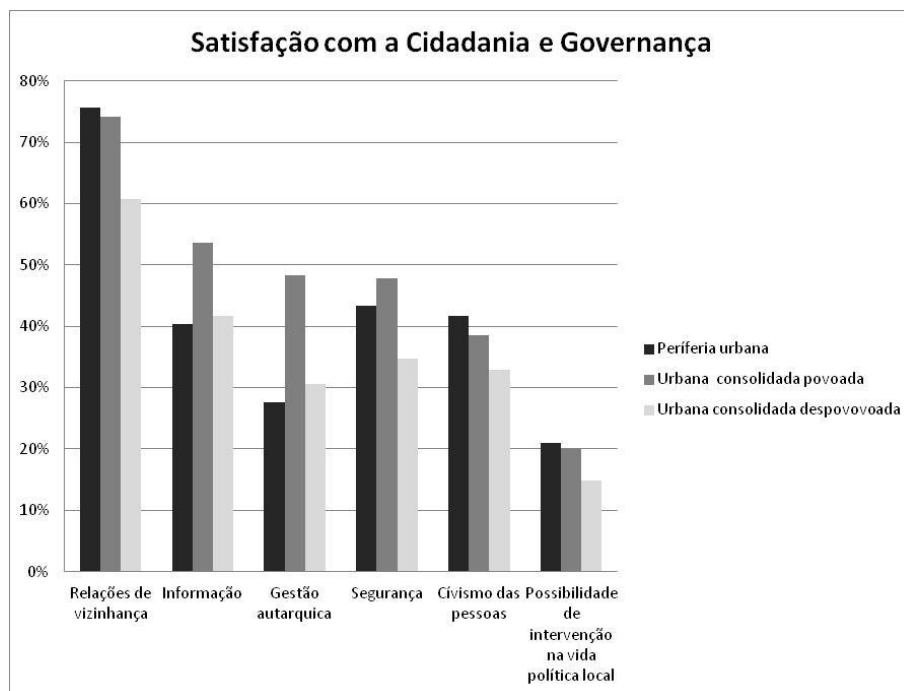
No domínio **cidadania e governança** (figura 14) só as relações com a vizinhança aparecem bem pontuadas (entre os 61% e os 76%), com valores mais baixos de satisfação nas áreas centrais das cidades (61%).

Os inquiridos mostram uma fraca satisfação com o civismo das pessoas (entre os 33% e os 42%) e a segurança pública (35% a 48%), e é nos centros das cidades que estas matérias são pior pontuadas.

Poucos inquiridos estão interessados na possibilidade de intervir na vida política local (entre os 15% e os 21%) independentemente da área de residência dos inquiridos. Os níveis de satisfação com a gestão autárquica são também claramente baixos (entre 28% e 48%) sobretudo nas periferias urbanas e nos centros de cidade (28% e 31%).

Assim, relativamente à cidadania e governança **é nos centros das cidades que os residentes estão menos satisfeitos e disponíveis para a intervenção na vida política local.**

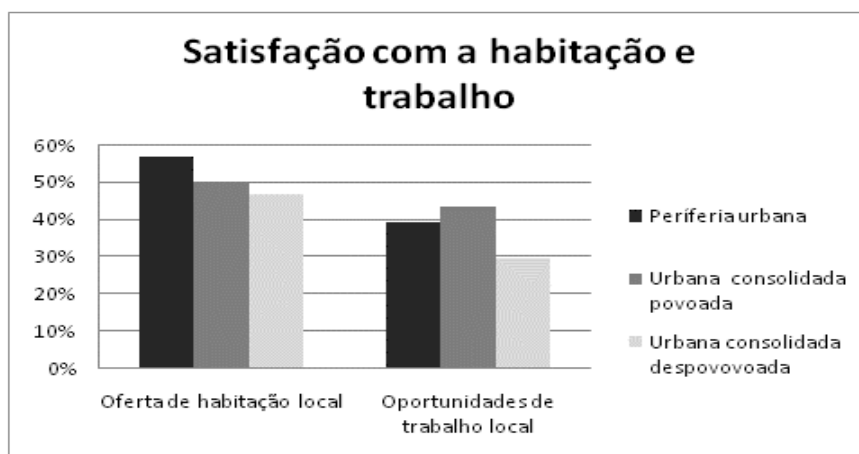
Figura 14 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com os níveis de cidadania e a governança nas proximidades do local de residência, segundo a tipologia de área residencial



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Os níveis de satisfação com a **oferta de habitação e de trabalho local** (figura 15) são baixos e relativamente semelhantes nas diferentes áreas: os graus de satisfação variam entre os 47% e os 57% na oferta de habitação local; nas oportunidades de trabalho locais o grau de satisfação situa-se entre aproximadamente os 29% e os 43%. É nas áreas urbanas consolidadas despovoadas que a satisfação é inferior.

Figura 15 – Percentagem de indivíduos inquiridos satisfeitos com a oferta de habitação e de trabalho nas proximidades do seu local de residência, segundo a tipologia de área residencial



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Em termos **conclusivos**, e procurando comparar as percepções dos residentes nos diferentes tipos de áreas urbanas, verificamos o seguinte:

- as áreas urbanas periféricas são as que registam níveis de satisfação mais baixos, com níveis de insatisfação superiores nos serviços e equipamentos, nos transportes e nos espaços públicos e na imagem urbana;
- as áreas urbanas consolidadas e densamente povoadas são as que registam níveis de satisfação mais elevados, em todos os domínios analisados e na grande maioria das matérias analisadas;
- as áreas urbanas centrais (consolidadas e relativamente pouco povoadas) evidenciam um perfil diversificado. Níveis de satisfação mais altos sobretudo nos transportes e mais baixos ao nível da cidadania e da governança.

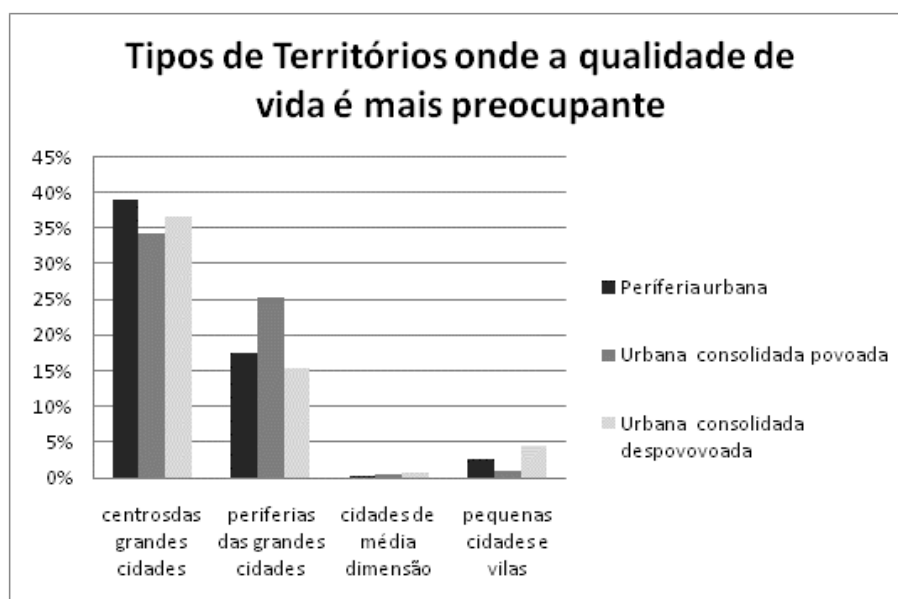
No entanto, em termos de avaliação global, os residentes nas áreas periféricas avaliam relativamente bem o seu local de residência (com um valor médio de 7,3 numa escala de 10 valores), o que significa que uma performance má em termos de satisfação nos diferentes domínios não determina uma desvalorização destes territórios enquanto opção residencial. É nestes territórios que os residentes qualificam melhor a sua qualidade de vida (com um valor médio de 6,7 numa escala de 10 valores).

Em contrapartida, os residentes nas áreas urbanas centrais desvalorizam os seus locais de residência (com um valor médio de 6,7 numa escala de 10 valores), mas em termos de satisfação nos diferentes domínios os níveis de satisfação são razoáveis. Em termos globais, os residentes destas áreas estão relativamente satisfeitos com a sua qualidade de vida (com um valor médio de 6,4 numa escala de 10 valores).

Por fim, nas áreas urbanas consolidadas e densamente povoadas, há uma boa avaliação do local de residência (com um valor médio de 7,4 numa escala de 10 valores), confirmando os bons níveis de satisfação que são expressos nos diferentes domínios (condições ambientais, equipamentos, transportes, espaços públicos e imagem urbana, cidadania e governança). No entanto, os residentes destes territórios mostram uma auto-avaliação da sua qualidade de vida relativamente mais elevada (com uma média de 6,9 numa escala de 10 valores) que a registada nas outras áreas residenciais.

Em termos de percepções, os territórios urbanos que apresentam uma qualidade de vida mais preocupante (figura 16), segundo as respostas dos inquiridos, são os centros das grandes cidades (30% a 40%) e as periferias das grandes cidades (15% a 25%). As cidades de média dimensão e as pequenas cidades e vilas estão bem avaliadas.

Figura 16 – Percentagem de indivíduos inquiridos, segundo o tipo de territórios onde a qualidade de vida é mais preocupante, por a tipologia de área residencial⁶



Fonte: Base de Dados do Projeto “Representações Territoriais”, 2002, GEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

⁶ Nesta análise apenas consideramos a resposta 1 (mais preocupante), numa escala de 1 (mais preocupante) a 5 (menos preocupante).

2 A dimensão objetiva

Como referimos anteriormente, esta abordagem em matéria de qualidade de vida vai estruturar-se em duas dimensões:

- no domínio das características dos indivíduos e das famílias;
- no domínio da habitação, relativamente às características relativas ao edificado e aos alojamentos.

A primeira dimensão é estruturante em qualquer avaliação da qualidade de vida dos indivíduos. A segunda dimensão representa um dos domínios intrinsecamente ligados às características territoriais.

No fim, vamos procurar construir uma síntese que cruze estas duas dimensões analíticas.

2.1 As características dos indivíduos e das famílias

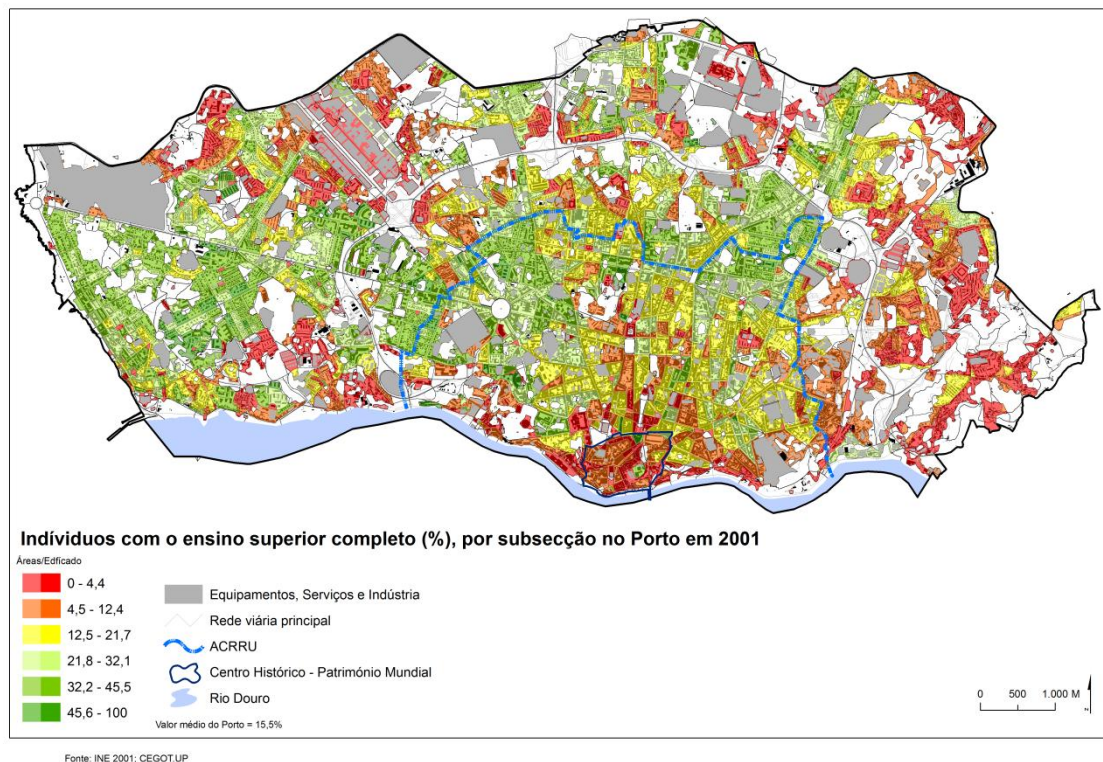
Segundo os Censos de 2001, o Porto detém uma percentagem de indivíduos com o ensino superior completo (13,1%) superior ao valor nacional (6%) e aos municípios envolventes - Gondomar (4,9%), Maia (7,7%), Matosinhos (7,4%), Vila Nova de Gaia (6,4%).

A menor ou maior escolaridade condiciona as capacidades de escolha dos indivíduos. Analisando a distribuição da população residente com ensino superior (figura 17) verificamos uma matriz espacial que evidência as áreas onde há uma menor percentagem de população com níveis superiores de escolaridade. O Centro Histórico⁷, a Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística (ACRRU), o sector oriental da cidade (Campanhã), a área residencial envolvente à “Zona Industrial do Porto” e uma diversidade de bairros mais ou menos dispersos pela cidade evidenciam claramente esse padrão, ou seja bairros (subsecções) com população residente que tem níveis baixos de acesso ao ensino superior – valores inferiores a 4,5% ou 12,5% da população residente. Em contrapartida, existem áreas com níveis elevados de acesso, nomeadamente no sector ocidental da cidade, nos bairros envolventes à Avenida da Boavista, e no sector norte da Avenida de Fernando de Magalhães (nas “Antas”).

⁷ Ver anexo 3, para algumas localizações da cidade do Porto.

É sobretudo na denominada “Baixa” e áreas envolventes que se registam os níveis intermédios de acesso ao ensino superior.

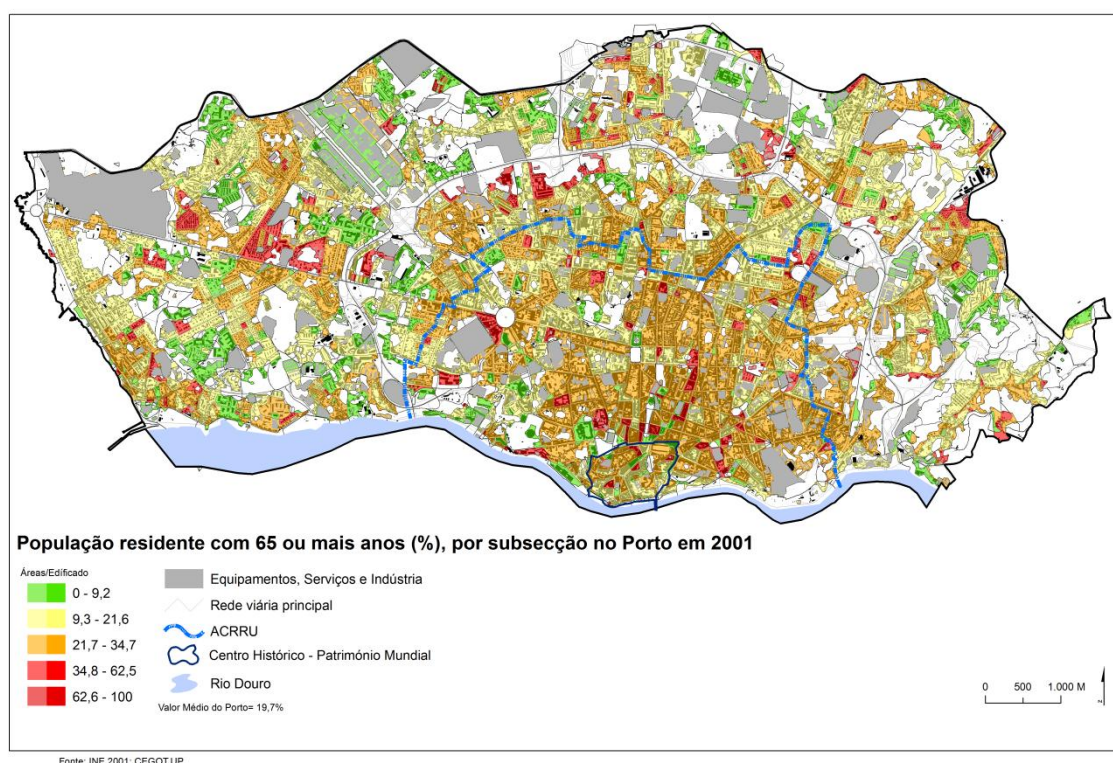
Figura 17 - População residente com ensino superior completo (%), por subsecção, em 2001.



Em termos de envelhecimento, devemos começar por salientar que o concelho do Porto, no contexto metropolitano é um concelho com uma população muito envelhecida. A nível nacional a população com 65 ou mais anos representa 16,4%, enquanto no Porto a população idosa é superior ao valor nacional (19,4%). Os municípios envolventes - Matosinhos (12,3%), Vila Nova de Gaia (11,9%), Gondomar (10,4%) e Maia (10,5%) revelam percentagens de população idosa muito inferiores ao Porto.

Analisando a distribuição da população residente com 65 ou mais anos (figura 18) verificamos um padrão espacial relativamente homogéneo refletindo a extensão territorial desse fenómeno. Neste contexto de envelhecimento, há bairros que, de uma forma dispersa, se evidenciam ainda mais, com percentagens de idosos muito altas – superior a 34,8% ou a 62,6% da população.

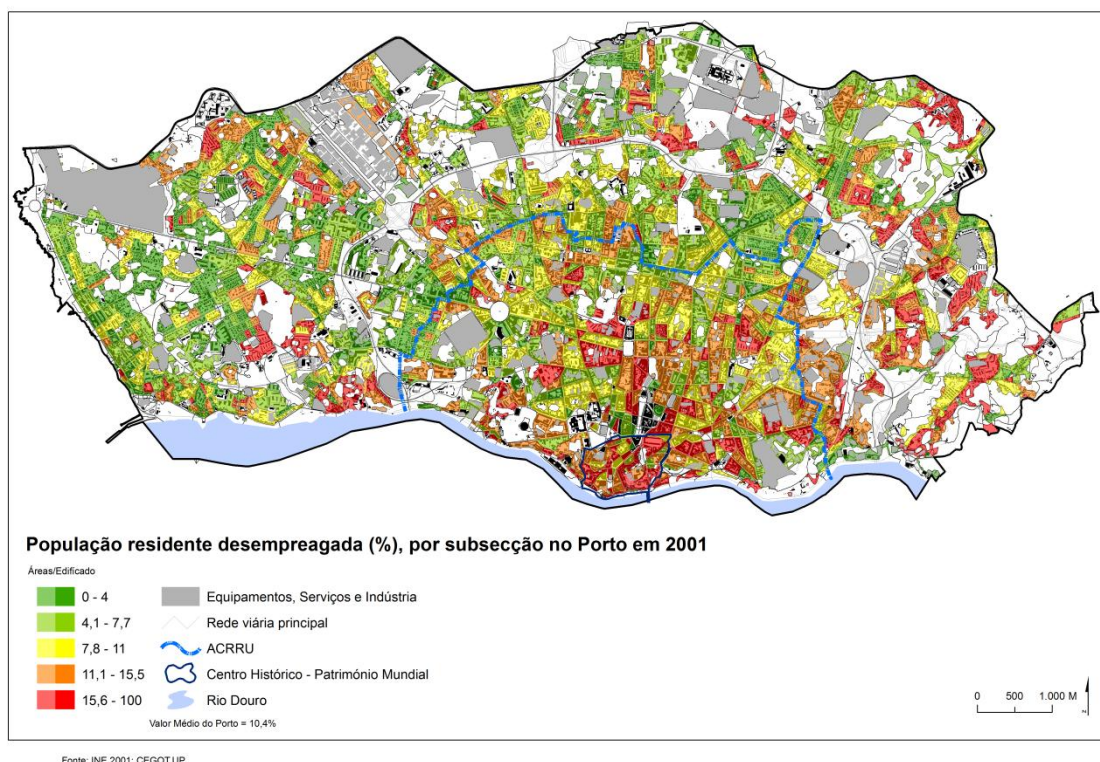
Figura 18 - População residente com 65 ou mais anos (%), por subsecção, em 2001.



O município do Porto em 2001, detém uma taxa de desemprego elevada (10,2%) quando comparada com o valor nacional (6,8%) ou com os municípios envolventes - Gondomar (7,6%), Maia (6,7%), Matosinhos (8,0%) e Vila Nova de Gaia (8,1%).

A distribuição das taxas de desemprego (figura 19) transpõe de certa forma uma certa dicotomia territorial, onde os valores intermédios têm uma fraca representação territorial. Por um lado, o centro (Centro Histórico e alguns quarteirões da Baixa) e o sector oriental do Porto registam níveis superiores de desemprego, logo níveis de acessibilidade ao mercado de trabalho inferiores. Por outro lado, e de uma forma evidente, o sector ocidental da cidade (Foz e Boavista) e a “zona” das Antas mostram níveis de desemprego mais baixos.

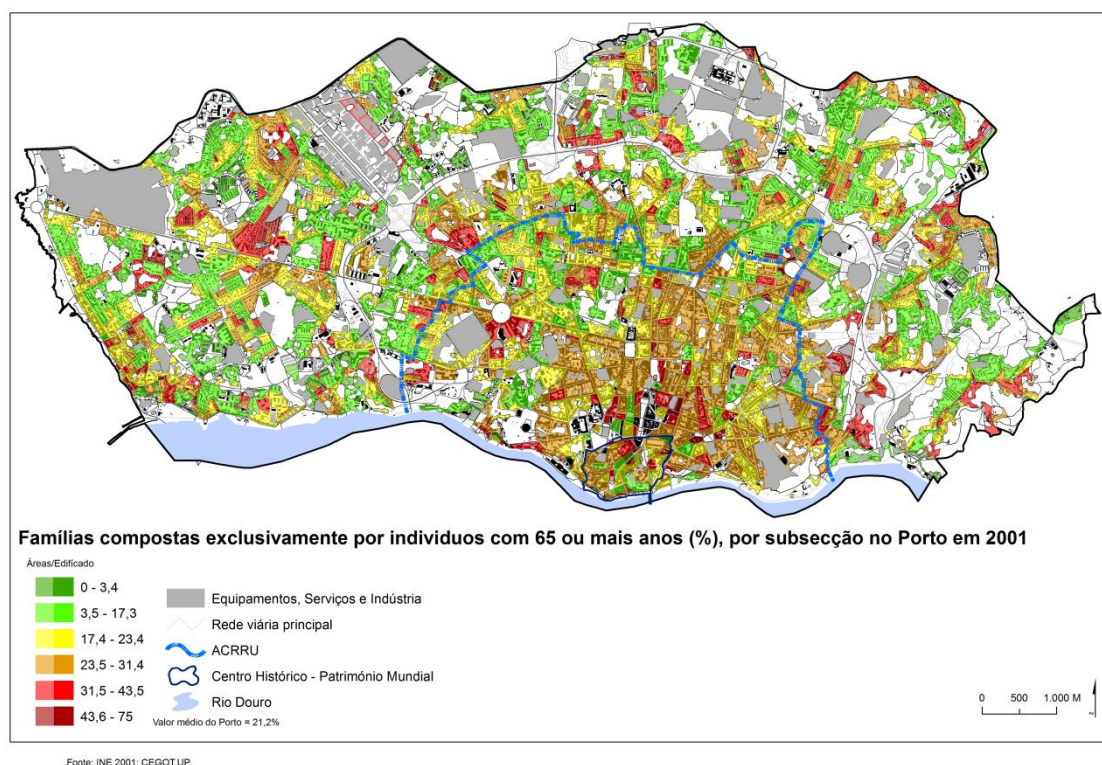
Figura 19 - População desempregada face à população residente com actividade económica (taxa de desemprego), por subsecção, em 2001.



Em 2001, o peso das famílias clássicas compostas por duas pessoas ambas ou uma delas com idade de 65 ou mais anos, no Porto (13,9%) aproxima-se do valor nacional (13,4%). Os municípios envolventes ao Porto detêm percentagens inferiores - Maia (8,4%), Gondomar (9%), Matosinhos (10%) e Vila Nova de Gaia (9,6%).

O padrão de distribuição da percentagem de famílias compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos, por subsecções (figura 20), evidência uma presença bastante significativa de idosos a residir sós nos bairros da Baixa e em alguns bairros do Centro Histórico. Nesta área o fenómeno expressa-se com uma forte continuidade territorial. Mas também por toda a cidade emergem bairros que evidenciam este problema.

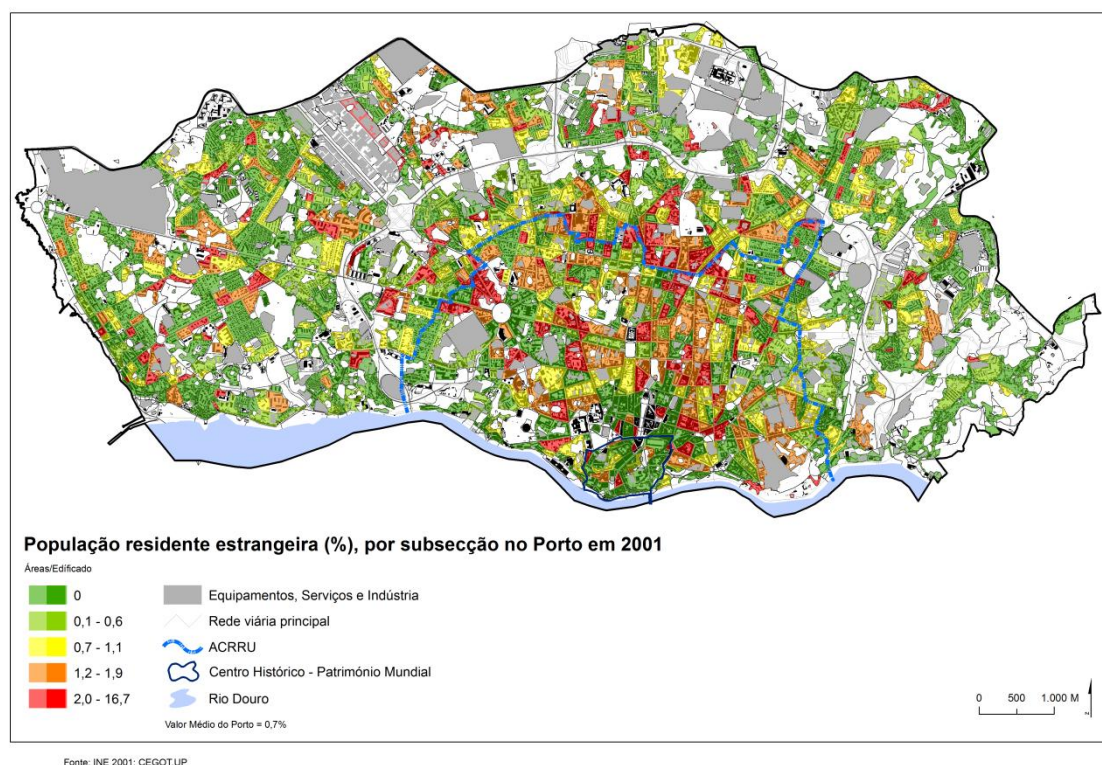
Figura 20 – Famílias compostas exclusivamente por indivíduos com 65 ou mais anos (%), por subsecção, em 2001.



A nível nacional a população residente de nacionalidade estrangeira (Palop's e Brasil) face ao total de população residente correspondem a 1,3%. A nível do município de Lisboa este valor é de 1,8%. O Porto (0,8%) detém um valor baixo. No entanto, é relativamente elevado quando comparado com os valores dos municípios envolventes - Matosinhos (0,4%), Vila Nova de Gaia (0,6%), Maia (0,4%) e Gondomar (0,3%).

O fenómeno da imigração na cidade do Porto (figura 21) não assume valores muito significativos quando comparado com outras metrópoles, nomeadamente com Lisboa. No entanto, não deixa de ser importante avaliar a distribuição geográfica deste indicador. Como podemos verificar a presença de imigrantes no concelho do Porto tende a concentrar-se geograficamente em determinados bairros, nomeadamente nos bairros antigos localizados entre a Praça do Marquês e a Praça da República, entre o Campo 24 de Agosto e Santo Ildefonso.

Figura 21 – Peso da população residente de nacionalidade brasileira, angolana, cabo verdiana, são tomense, guiniense (da Guiné –Bissau), timorense ou macaense, 2001

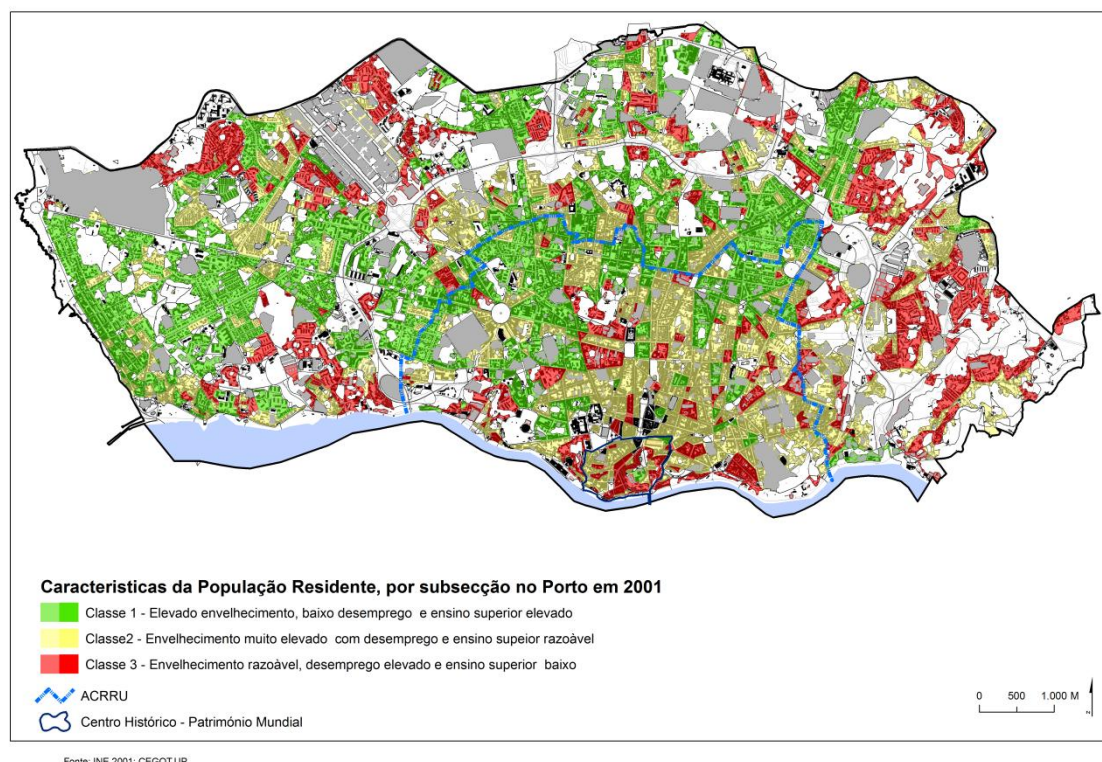


Concluindo, a cartografia dos indicadores seleccionados evidência a existência de áreas ou bairros que apresentam níveis altos de concentração de populações potencialmente mais condicionadas individualmente. A aplicação de uma análise de *clusters*⁸ aos cinco indicadores analisados (classificação *K-means*, em três classes) e a posterior cartografia dos resultados permite uma visão global das questões levantadas (figura 22).

⁸ A análise de *clusters* (ou grupos) é uma técnica estatística de análise multivariada que possibilita agrupar variáveis “Cada observação pertencente a um determinado *Cluster* é similar a todas as outras pertencentes a esse *Cluster*, e é diferente das observações pertencentes aos outros *Clusters*.” Nesta análise, a construção de grupos das variáveis é através de medidas de semelhança ou dissemelhança (distância). Primeiramente entre as variáveis e depois entre os clusters. (João Maroco, 2007:419)

Este trabalho assenta na análise de *clusters* não-hierárquica com o método *k-means*, no software SPSS: foram definidos 3 clusters (após previamente terem sido feitas algumas técnicas exploratórias para definir o número de clusters); inseriram-se as variáveis previamente standartizadas para que as variáveis contribuam com o mesmo peso na análise.

Figura 22 – Síntese da dimensão individual relativa às características dos indivíduos e das famílias.



<i>Cluster População</i>	Níveis de Ensino Superior	Níveis de Envelhecimento	Taxa de Desemprego	Idosos a residir sós	Peso dos Imigrantes
Classe 1	Elevados	Elevados	Baixa	Razoável	Razoável
Classe 2	Razoáveis	Muito Elevados	Razoável	Muito elevado	Baixo
Classe 3	Baixos	Razoável	Elevada	Razoável	Baixo

Em termos gerais podemos considerar três classes em função das características da população residente (figura 22):

- **Classe 1** - É a classe que aparentemente apresenta níveis de vulnerabilidade social mais baixos. Os níveis de escolaridade são elevados e registam-se baixos níveis de desemprego. A população estrangeira não é significativa mas, em termos territoriais, é nesta classe que ela mais se concentra. O número de idosos a residirem sós é pouco significativo quando comparamos com as outras duas classes. Em termos territoriais esta classe está fortemente representada na área ocidental da cidade (na área da Boavista em direção à Foz), na área das Antas (no entorno da praça Velásquez, e nas Antas).
- **Classe 2** - Níveis de envelhecimento muito elevados associam-se a razoáveis níveis de desemprego e escolaridade, com uma fraca presença de residentes estrangeiros e muitos

idosos a viverem sós. Esta classe em termos territoriais aparece no Centro Histórico e em grande parte das subsecções da ACRRU.

- **Classe 3** - Níveis razoáveis de envelhecimento e idosos a viverem sós associam-se a elevados valores de desemprego, baixos níveis na escolaridade e fraca presença de residentes estrangeiros. Em termos territoriais esta classe manifesta-se em alguns quarteirões do Centro Histórico, dispersa-se pela ACRRU e evidencia fortemente na área oriental da cidade. Esta classe manifesta-se também na grande maioria dos “bairros sociais” e, por vezes, nas subsecções envolventes.

Em termos globais evidencia-se uma cidade muito heterogénea em termos territoriais, onde se pode destacar o seguinte:

- em primeiro lugar temos um Centro Histórico relativamente homogéneo mas claramente problemático em termos das características sociais;
- a seguir, uma coroa, focada sobretudo na “Baixa”, emerge com uma situação intermédia no contexto da cidade;
- depois, desenhando uma segunda coroa, uma extensa mancha territorial demonstra características populacionais favoráveis, a norte da “Baixa” e estendendo-se claramente para o sector ocidental;
- no sector oriental da cidade, emerge claramente uma forte concentração de população residente com características condicionadoras da qualidade de vida.
- no norte do concelho, entre a Via de Cintura Interna e a Circunvalação, quarteirões com características muito díspares aparecem a contrapor-se. Ou seja, é uma área em que a classe intermédia está pouco presente.

Em termos de política pública municipal, a regeneração urbana do Centro Histórico e da ACRRU têm vindo a centralizar as atenções locais. O Centro Histórico aparece no contexto territorial como uma área relativamente problemática relativamente às características dos indivíduos. Assim, as subsecções que compõem o Centro Histórico detêm uma elevada predominância de população desempregada e população idosa, existindo um número significativo de famílias compostas exclusivamente por indivíduos idosos. Os indivíduos com o ensino superior têm uma fraca representatividade e a população residente estrangeira (composta por indivíduos de nacionalidade brasileira, angolana, moçambicana, cabo verdiana, são tomense, guiniense, timorense ou macaense) não revela grande presença (percentagens inferiores à média da cidade). Mas neste

contexto genericamente desfavorável, o Centro Histórico não é de forma alguma homogéneo. Assim, os quarteirões à volta da Rua de Mouzinho da Silveira, rua de S. João, rua da Baínharia, rua do Loureiro, ao longo do Cais da Ribeira, rua da Reboleira, (...) são os que apresentam as populações residentes mais fragilizadas socialmente.

O território da ACRRU é mais extenso e bastante heterogéneo. No entanto, há uma forte incidência de subsecções inseridas na classe intermédia na “Baixa” e na classe mais alta nas proximidades da Rotunda da Boavista, da Avenida de França, da Rua da Boavista, da Praça da Galiza e entre a Praça do Marquês e a Praça Francisco Sá Carneiro. Por toda a ACRRU evidenciam-se quarteirões mais problemáticos, veja-se nomeadamente os quarteirões definidos pela rua Cinco de Outubro; rua Álvares Cabral, rua dos Bragas, rua da Boavista (desemboca na Praça da República), rua Duque de Loulé, rua de São Victor, (perto do Cemitério Prado Repouso, junto ao Colégio dos Orfãos,), rua do Bonfim,(...) Isto significa que qualquer intervenção pública nesta área deve atender à diversidade social presente neste território.

Entre a **ACRRU e a Circunvalação** evidenciam-se duas áreas claramente divergentes:

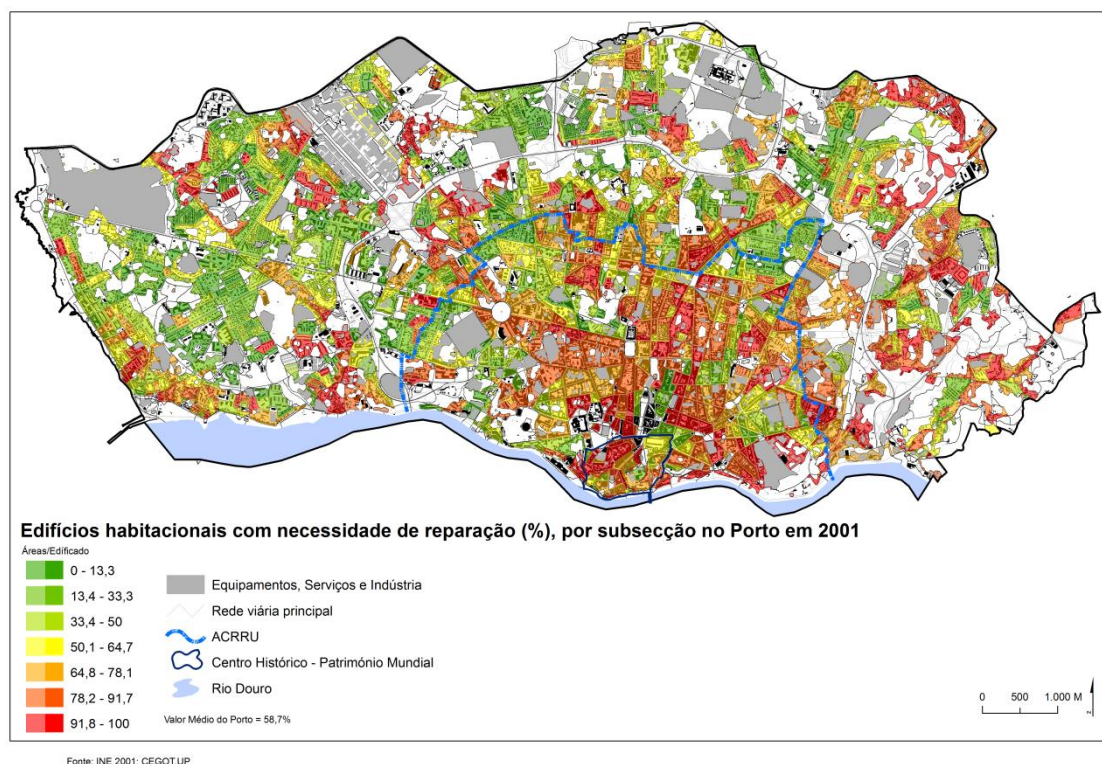
- No sector oriental e norte da ACRRU predominam padrões socialmente mais vulneráveis, com uma forte presença de “habitação de cariz social”, onde se evidenciam níveis elevados de desemprego e um número significativo de famílias constituídas exclusivamente com pessoas idosas. Neste sector, a área em torno das Antas foge claramente ao perfil identificado, aproximando-se da descrita seguidamente.
- No sector ocidental da cidade, relativamente à ACRRU, na Foz e na zona da Boavista, os níveis de escolaridade sobem e os indicadores seleccionados exprimem níveis menos preocupantes. Mas esta área não é de forma alguma homogénea. De uma forma clara, a forte presença de “habitação de cariz social” evidencia-se em alguns quarteirões.

Concluimos que o Porto é uma cidade que apresenta um tecido social claramente heterogéneo onde se evidenciam padrões territoriais.

2.2 As características da habitação

A degradação física do edificado marca territorialmente a cidade (figura 23). Globalmente, o Porto tem uma forte concentração de edifícios com necessidade de reparação no Centro Histórico e por toda a área central, concentração que se vai dispersando à medida que nos afastamos do Centro Histórico. Existe também uma grande concentração de edificado com necessidade de reparação na área oriental da cidade, nomeadamente em toda a “Zona” de Campanhã e em torno da rua de S. Roque da Lameira, e parte da área das Antas. O sector ocidental da cidade apresenta níveis claramente baixos de degradação física do edificado.

Figura 23 – Edifícios com necessidade de reparação (inclui os muito degradados) relativamente ao total de edifícios (%), por subsecções, em 2001



Em termos de infraestruturas (eletricidade, retrete, água canalizada e sistema de aquecimento (com banho) os problemas evidenciam-se numa área mais restrita da cidade (figura24). Os quarteirões que detêm défices infraestruturais nos alojamentos concentram-se no Centro Histórico e na área oriental da cidade. A Baixa do Porto está razoavelmente infraestruturada e a coroa seguinte é a que apresenta níveis mais qualificados.

Figura 24- Alojamentos familiares clássicos ocupados com eletricidade, retrete, água canalizada e sistema de aquecimento (com banho), por subsecção, em 2001.

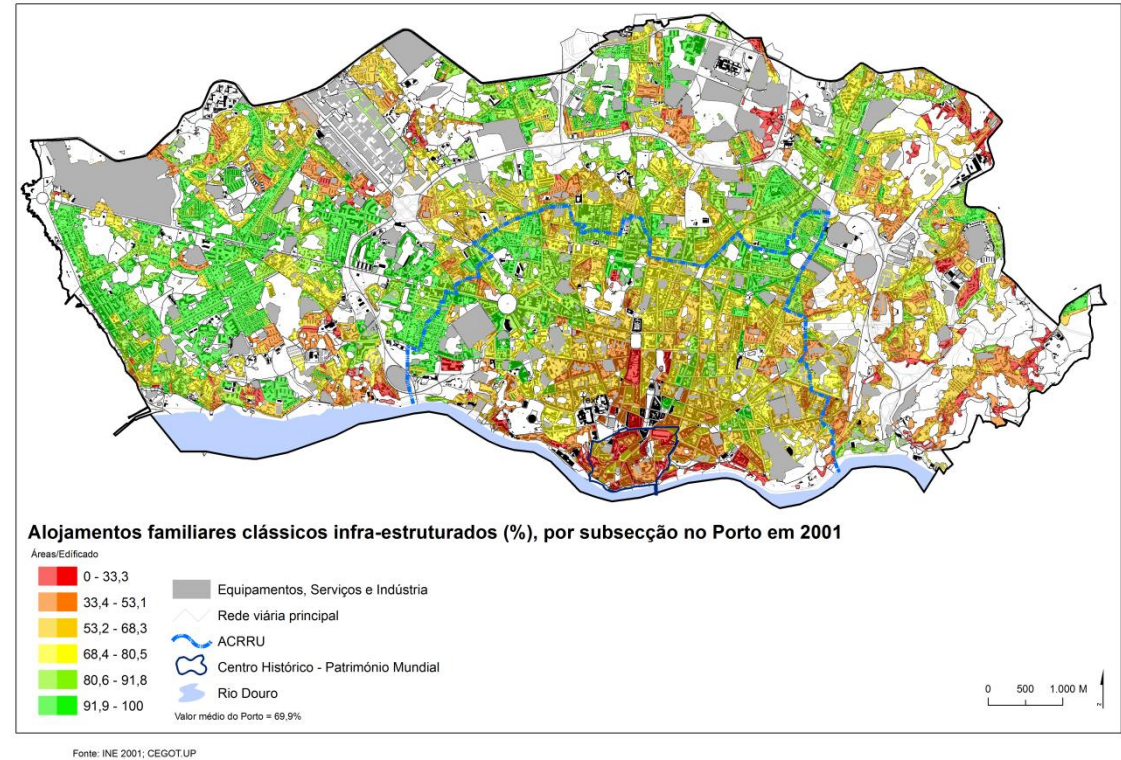
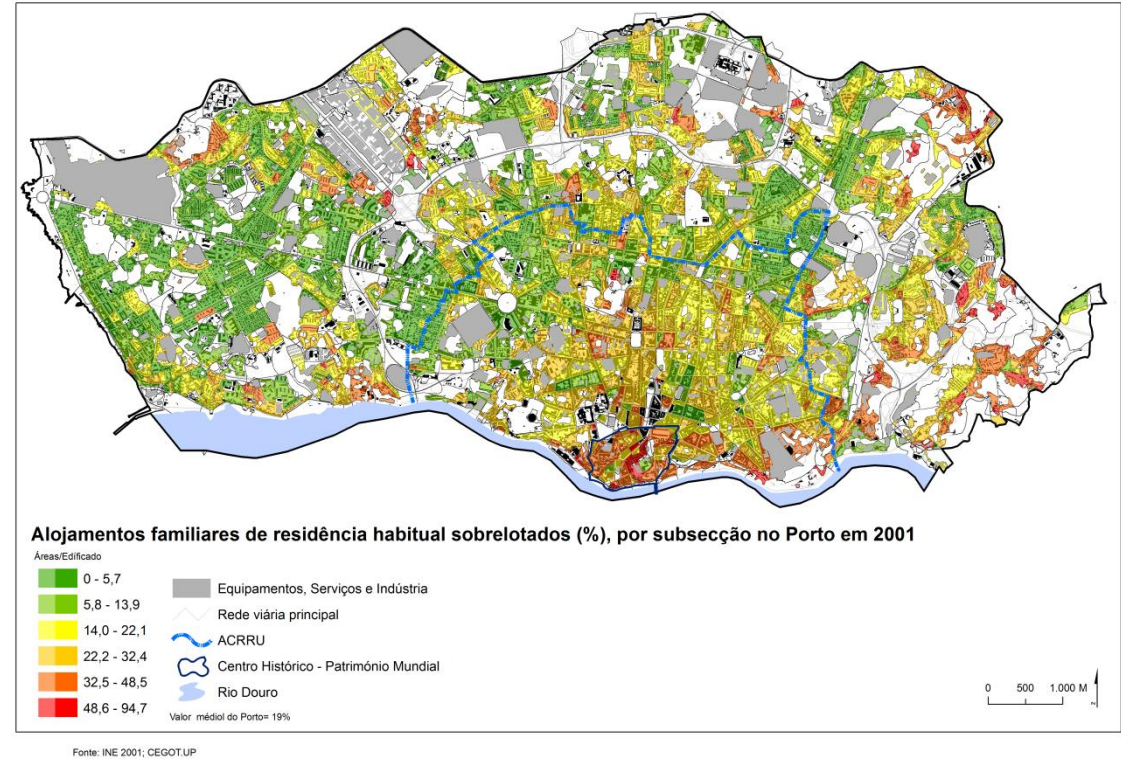


Figura 25 - Alojamentos familiares clássicos de residência habitual sobrelotados (%), por subsecção, em 2001



A nível nacional a sobrelotação em alojamentos familiares clássicos, em 2001, é de 16%. O Porto detém 19% de alojamentos familiares clássicos sobrelotados. Os municípios envolventes detêm valores de sobrelotação relativamente próximos: Gondomar (20,9%), Maia (17,7%), Matosinhos (19,4%), e Vila Nova de Gaia (19,6%).

Os alojamentos familiares clássicos sobrelotados (figura 25) concentram-se igualmente no Centro Histórico e na área central da cidade. Na área oriental a sobrelotação revela-se também num número significativo de quarteirões.

Os alojamentos familiares não clássicos a nível nacional correspondem a 0,54%. O Porto ultrapassa ligeiramente este valor, com 0,61%. e Matosinhos também (0,97%). Os restantes concelhos vizinhos encontram-se abaixo ou próximos do valor do Porto - Maia (0,55%); Gondomar (0,52%); Vila Nova de Gaia (0,59%).

A concentração territorial de alojamentos não clássicos (figura 26) fazem evidenciar níveis de conforto habitacional claramente abaixo dos limiares mínimos de razoabilidade. Este problema tem uma fraca extensão territorial, mas não deixa de se exprimir pontualmente em alguns quarteirões da cidade.

Figura 26 - Alojamentos familiares não clássicos, relativamente ao total de alojamentos familiares, por subsecção, em 2001

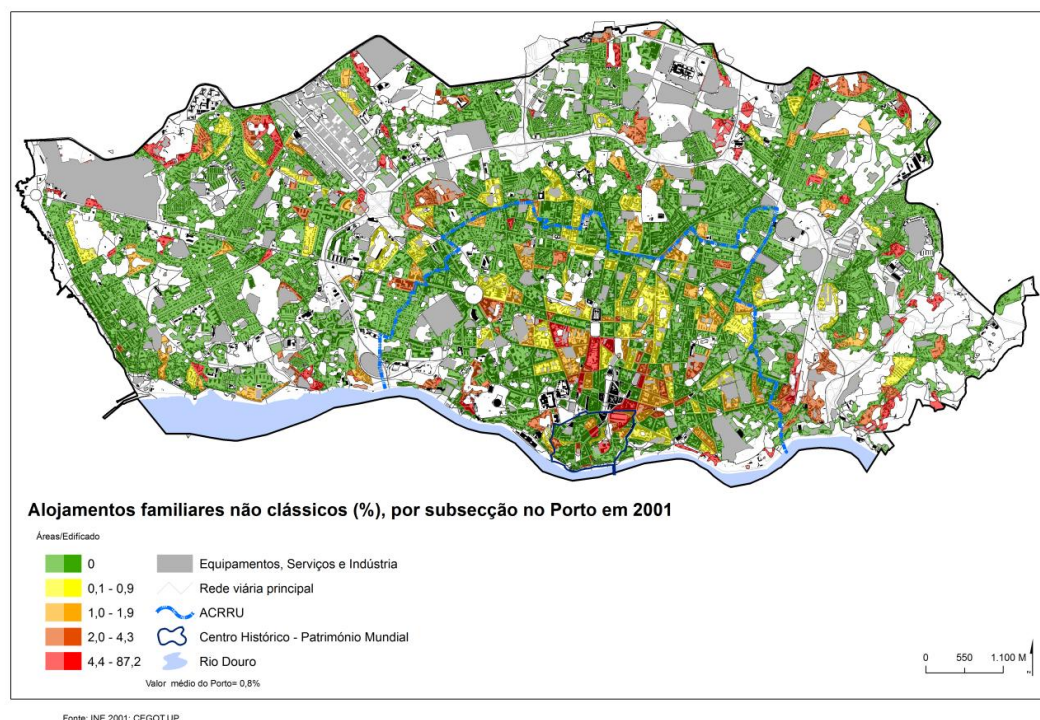
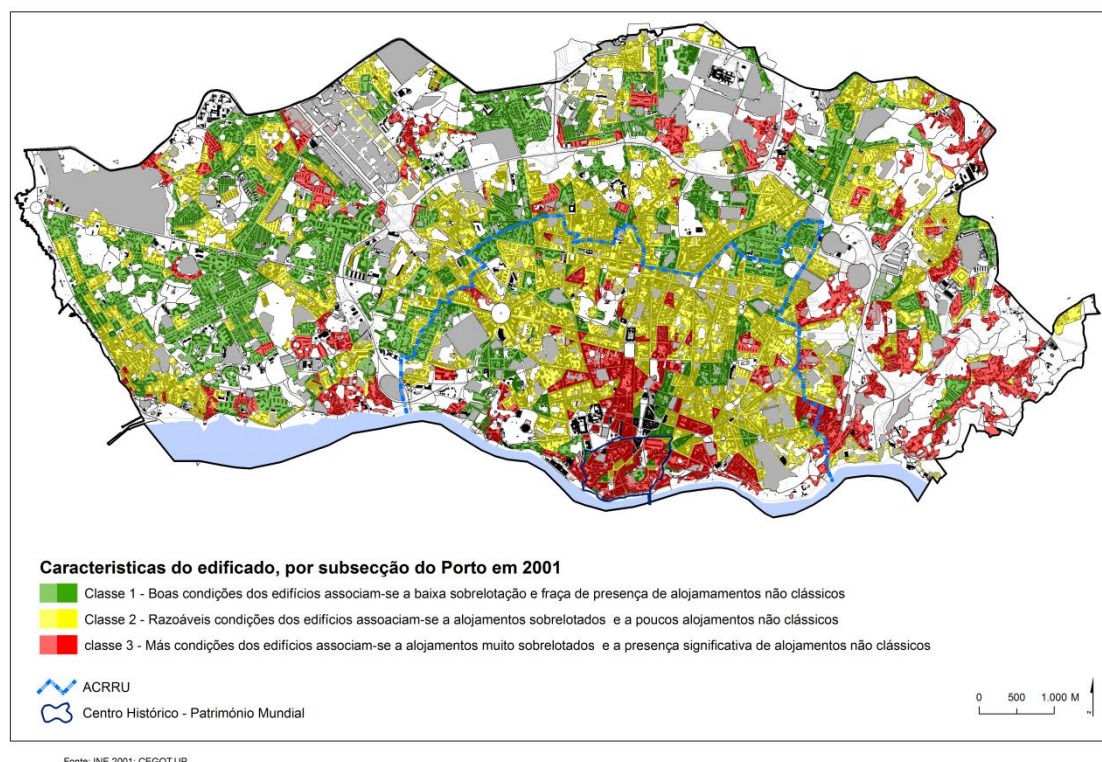


Figura 27 – Síntese da dimensão habitacional relativa às caraterísticas dos edifícios e dos Alojamentos



Cluster Edificado	Degradação física	Infraestruturação	Sobrelotação	Alojamentos não clássicos
Classe 1	Baixa	Elevada	Baixa	Muito baixos
Classe 2	Elevada	Elevada	Razoável	Baixos
Classe 3	Muito elevados	Baixa	Elevadas	Elevada

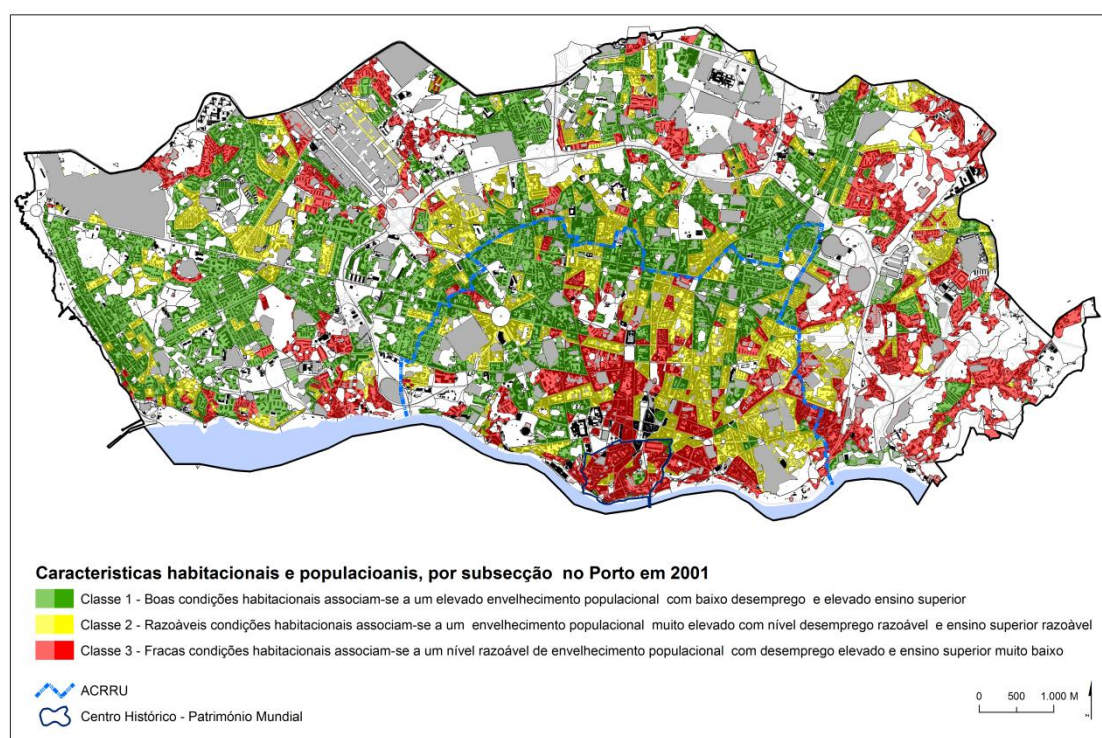
Em termos de síntese podemos definir três classes em função das características dos edifícios e dos alojamentos (figura 27):

- **Classe 1** – O edificado está em bom estado de conservação e por isso revela fracas necessidades de reparação e uma boa situação ao nível das infraestruturas. Estas características associam-se a baixos níveis de sobrelotação e a uma fraca presença de alojamentos não clássicos.
- **Classe 2** – O edificado está em condições razoáveis de conservação, mas a ocupação dos alojamentos mostra níveis de sobrelotação relativamente razoáveis. A estas características associa-se uma baixa presença de alojamentos não clássicos. Em termos territoriais esta classe manifesta-se por toda a cidade, existindo uma forte concentração na área central da cidade (na ACRRU).

- **Classe 3** – Fracas condições do edificado associa-se a alojamentos sobrelotados e à presença significativa de alojamentos familiares não clássicos. Assim, as necessidades de reparação e de infraestruturação são muito elevadas e é necessário resolver os problemas de ocupação sobrelotada e a presença de alojamentos não clássicos. Em termos territoriais esta classe manifesta-se predominantemente no Centro Histórico, na área mais central da ACRRU e na área oriental da cidade. No norte da cidade e no sector ocidental esta classe corresponde muitas vezes a bairros sociais ou áreas degradadas contíguas a esses bairros.

2.3 Síntese territorial

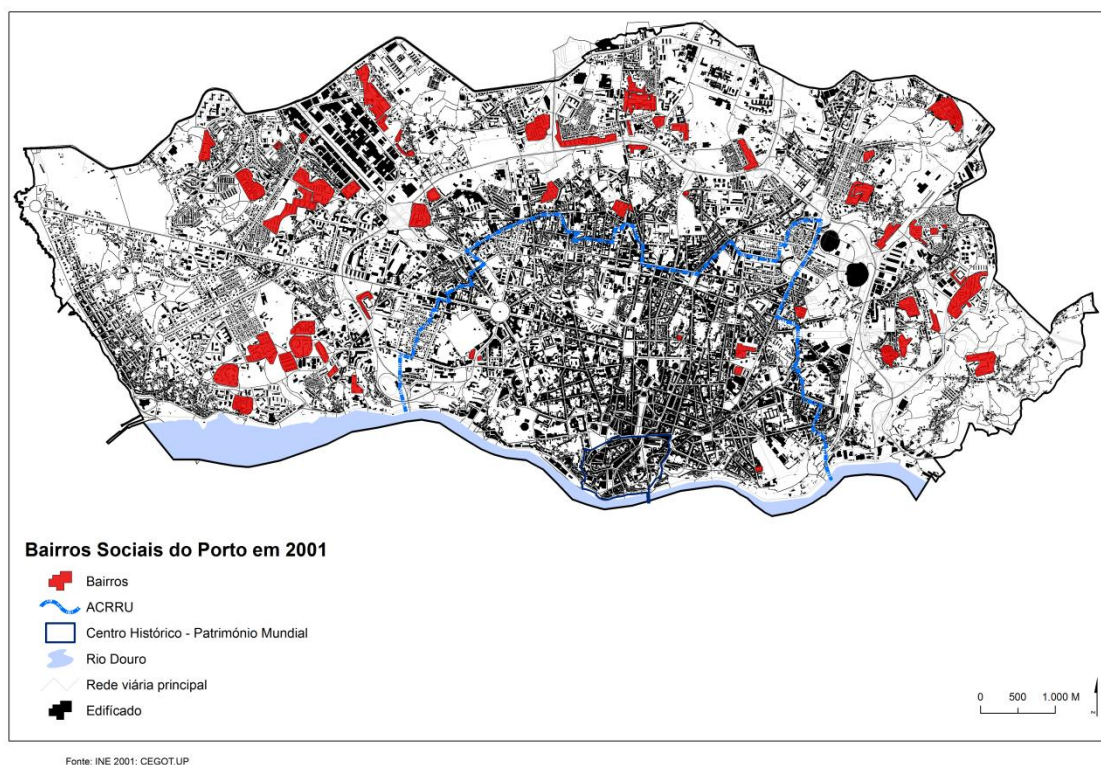
Figura 28 - Síntese Territorial



Fonte: INE 2001; CEGOT-UP

Cluster População e Edificado	Escolaridade	Envelhecimento	Desemprego	Idosos sós	Imigrantes	Degradação física	Infraestruturação	Sobrelotação	Alojamentos não clássicos
Classe 1	Elevada	Elevada	Baixa	Elevada	Razoável	Baixa	Elevada	Baixa	Baixa
Classe 2	Razoável	Muito Elevada	Razoável	Muito elevada	Baixa	Elevada	Elevada	Razoável	Baixa
Classe 3	Baixa	Razoável	Elevado	Razoável	Baixa	Muito Elevada	Baixa	Elevada	Elevada

Figura 29: Localização dos Bairros Sociais da cidade do Porto



No sentido de sintetizar as duas dimensões analisadas e na tentativa de perceber as suas articulações, aplicou-se um *cluster* (classificação *K-means*, 3 classes). A sua expressão em termos territoriais pode ser expressa cartograficamente (figura 28), e sintetizada da seguinte forma:

- Classe 1 - Boas condições habitacionais associam-se a envelhecimento, com baixos níveis de desemprego e com elevada presença de indivíduos com o ensino superior

O edificado está em boas condições físicas, necessitando de baixas necessidade de reparação e de infraestruturação. Os alojamentos estão com níveis de ocupação adequados (poucos alojamentos sobrelotados) e há uma insignificante presença de alojamentos não clássicos. A população residente nestas áreas possui baixas taxas de desemprego e tem níveis de escolaridade elevados. A população estrangeira é pouco significativa mas em alguns quarteirões é expressiva no contexto do Porto.

Em termos territoriais esta classe expressa-se de uma forma dispersa por toda a cidade, mostrando uma extensa concentração na área ocidental da cidade (na área da Boavista e

na Foz), e na área das Antas (entorno da praça Francisco Sá Carneiro e avenida Fernão de Magalhães).

- Classe 2 - Razoáveis condições habitacionais associam-se a uma população muito envelhecida com níveis de desemprego e de escolaridade razoáveis

O edificado está degradado fisicamente e apresenta elevadas necessidades de reparação, num contexto em que os alojamentos estão normalmente infraestruturados, com alguns alojamentos sobrelotados mas com uma fraca presença de alojamentos não clássicos. Nestas áreas a população residente apresenta-se muito envelhecida e um número significativo de idosos a viverem sós. A taxa de desemprego e os níveis de ensino estão dentro dos valores médios do concelho.

Em termos territoriais esta classe manifesta-se por toda a cidade, existindo uma forte concentração na área central da cidade na ACRRU (na “Baixa”), nos quarteirões em torno da rotunda da Boavista, nas proximidades da Praça da República e da Praça do Marquês, em torno do Campo 24 de Agosto, Avenida Rodrigues de Freitas, Rua, do Heroísmo (...).

- Classe 3 - Fracas condições habitacionais associam-se a níveis razoáveis de envelhecimento, com desemprego elevado e níveis de escolaridade baixos.

Trata-se da classe que manifesta os problemas mais graves em termos de necessidade de reabilitação do edificado, num contexto social de precariedade (desemprego e fraca escolaridade). O edificado está muito degradado fisicamente e por isso as necessidades de reparação são muito elevadas. Os níveis de infraestruturação dos alojamentos são claramente baixos e existe um grande número de alojamentos familiares sobrelotados e uma significativa presença de alojamentos não clássicos. Neste contexto habitacional, a estrutura etária da população residente não é envelhecida e o número de idosos a residirem sós são pouco expressivos. Há um baixo número de indivíduos com ensino superior e a população residente estrangeira é pouco expressiva.

Em termos territoriais esta classe manifesta-se de uma forma alargada pelo Centro Histórico. Na ACRRU dispersa-se, concentrando-se em algumas áreas, nomeadamente em torno da rua de Almada, rua José Falcão, rua Sá de Noronha e rua de Cedofeita. Para ocidente, manifesta-se em direção à praça Gomes Teixeira (Leões), na área envolvente à rua de Miguel Bombarda, rua da Torrinha e rua da Boavista. O sector oriental da cidade

está classificado predominantemente por esta classe. Veja-se o entorno da estação de Campanhã (os quarteirões entre a rua do Bonfim e a rua do Freixo, inclusive), a “escarpa dos Guindais”, os quarteirões da Rua de São Victor, da rua Alexandre Herculano, da rua das Fontainhas; toda a área envolvente à rua de S. Roque da Lameira, e a este da Avenida Fernão Magalhães. Esta classe manifesta-se também na quase totalidade dos bairros sociais da cidade do Porto (figura 28 e 29).

Nesta síntese podemos concluir que em 2001 na cidade do Porto evidenciavam-se claramente vários problemas expressivos da necessidade de implementar uma política de regeneração urbana. Os novos dados do Recenseamento da População e da Habitação, de 2011, poderão permitir atualizar esta análise e avaliar as mudanças ocorridas no decénio. Desta forma poder-se-á avaliar as políticas de habitação e gestão urbana e de que forma se reforçou ou não a coesão territorial.

Capítulo IV – Conclusão

O aumento dos padrões de qualidade de vida da população representam um objetivo político, nomeadamente aos diferentes níveis de governação dos territórios. (Martins, 2004). A proposta de Allardt (1993) através da noção de bem-estar e da sistematização analítica baseada na experiência Escandinávia assenta numa abordagem em três dimensões – Ser, Ter e Amar. O Ser remete para as necessidades de crescimento pessoal dos indivíduos; o Ter relaciona-se com as questões materiais; e o Amar/Estar dirige-se para as necessidades de relacionamento social. Esta abordagem teórica influenciou transversalmente a nossa reflexão. Em termos analíticos a abordagem metodológica desenvolvida inspira-se em Hancock (2000) quando ele conceptualiza a qualidade de vida nas dimensões qualitativas e quantitativas, que se desenvolvem a nível individual ou colectivo.

Na avaliação da qualidade de vida privilegiamos dois caminhos analíticos: um que seguiu uma dimensão qualitativa e outro que seguiu uma dimensão quantitativa.

Na dimensão subjetiva (qualitativa) avaliamos os níveis de satisfação da população residente em meios urbanos. Como método de análise, analisamos 1007 questionários, que representam a população a residir em contextos urbanos – nas áreas urbanas consolidadas (normalmente os centros das cidades), nas áreas urbanas consolidadas densamente povoadas (normalmente a 1ª coroa urbana) e nas periferias urbanas (normalmente a 2ª coroa urbana). Esta amostra só é significativa para os indivíduos entre os 30 e os 50 anos, com filhos no 3º ciclo do ensino básico. Mais concretamente não representa a população mais idosa nem a mais jovem.

Esta análise está sobretudo centrada nas amenidades urbanas nas proximidades do local de residência, seguindo uma perspectiva multidimensional (condições ambientais, equipamentos e serviços, transportes e mobilidade, habitação e trabalho, espaço público e imagem urbana, cidadania e governança).

Concluimos que os indivíduos residentes em áreas urbanas estão genericamente satisfeitos com o local de residência, com o tipo de vida que levam, com a sua qualidade de vida e com os seus relacionamentos sociais. Nas amenidades urbanas associadas ao local de residência concluimos que no Portugal urbano existe uma satisfação geral com

as condições ambientais, os transportes e a mobilidade e a oferta de habitação. No entanto, existem algumas insatisfações com os serviços e equipamentos, os espaços públicos, a imagem urbana e com as oportunidades de trabalho locais. Mas é ao nível da cidadania e governança que os residentes estão mais insatisfeitos ou indiferentes.

As áreas urbanas periféricas detêm níveis de satisfação mais baixos que as restantes (2ª coroa urbana), com maiores insatisfações relativamente aos serviços e equipamentos, aos transportes e à mobilidade e aos espaços públicos e à imagem urbana.

As áreas urbanas consolidadas (normalmente os centros das cidades) demonstram um perfil diversificado, pois apresentam níveis muito elevados de satisfação nos transportes e na mobilidade e níveis muito baixos ao nível da cidadania e da governança local.

As áreas urbanas consolidadas e densamente povoadas (1ª coroa urbana) são as que registam níveis de satisfação mais elevados em todos os domínios e na grande maioria das matérias analisadas.

No entanto, em termos de avaliação global, os residentes nas periferias urbanas avaliam relativamente bem o seu local de residência (com um valor médio de 7,3 numa escala de 10 valores), o que significa que optam por residir nas periferias (valorizando outras dimensões) independentemente da qualidade de algumas amenidades urbanas.

Em contrapartida, os residentes nas áreas urbanas centrais avaliam um pouco pior os seus locais de residência (com um valor médio de 6,7), mas em termos de satisfação apresentam níveis de satisfação mais razoáveis nas amenidades urbanas.

Por último, nas áreas urbanas consolidadas e densamente povoadas (1ª coroa urbana), há uma boa avaliação do local de residência (com um valor médio de 7,4 numa escala de 10 valores), confirmando os bons níveis de satisfação expressos nos diferentes domínios.

Concluindo, esta avaliação fornece informação importante para a reflexão das políticas urbanas, em diferentes contextos territoriais.

Na dimensão objetiva criamos um sistema de informação para o município do Porto que permitiu avaliar a qualidade de vida em torno de duas dimensões: as características dos indivíduos e das famílias e as características da habitação. O sistema de informação criado sustentou uma análise espacial à escala intra-urbana, que nos permitiu concluir que a cidade do Porto tem um tecido social heterogéneo (na escolaridade, no

envelhecimento, isolamento social, desemprego, e integração) que se expressa por padrões territoriais. Assim, no sector oriental da cidade e na franja entre a Via de Cintura Interna (VCI) e a Circunvalação surgem conjuntos de quarteirões que mostram uma maior vulnerabilidade social. No sector ocidental da cidade e a norte da denominada “Baixa” evidenciam-se estruturas sociais com características individuais mais favoráveis (nomeadamente, melhores níveis de escolaridade e menos desemprego). A “Baixa” tem um perfil intermédio e o Centro Histórico apresenta alguns quarteirões muito vulneráveis socialmente.

No domínio da habitação o Centro Histórico e o sector oriental da cidade evidenciam claramente problemas em matéria do edificado (degradação física, sobrelotação, problemas infraestruturais alojamentos não clássicos). A “Baixa”, com os quarteirões envolventes, e de certa forma a Foz mostram um perfil claramente intermédio. O edificado recente, em quarteirões bem infra-estruturados e sem problemas de sobrelotação manifesta-se de uma forma dispersa pela cidade.

Numa tentativa de síntese, das duas dimensões, podemos afirmar que as fracas condições habitacionais associam-se a um contexto social de fragilidade e precariedade no Centro Histórico, em alguns quarteirões da ACCRU e predominantemente no sector oriental da cidade. A habitação de cariz social também aparece incluída nessa classe. O edificado com boas condições habitacionais associa-se a uma população escolarizada e empregada no sector ocidental da cidade (área da Boavista e da Foz), e nomeadamente na área das Antas.

Segundo esta síntese podemos verificar que em 2001 a cidade do Porto evidenciava padrões territoriais passíveis de sustentar uma política de regeneração urbana. Com a actualização desta análise para 2011, poder-se-à avaliar as mudanças na última década, e desta forma avaliar o impacto das políticas de habitação e de gestão urbana desenvolvidas na última década.

A nível dos objetivos deste trabalho, pensamos que cumprimos os objetivos propostos e as metodologias utilizadas conseguiram dar respostas às questões colocadas. Analisamos as percepções dos indivíduos e fazemos avaliações objetivas em termos territoriais que genericamente resultaram. Este trabalho permitiu a aprendizagem de novos métodos e técnicas de análise que esperamos num futuro próximo possam ser aplicados num contexto real de trabalho.

Referências Bibliográficas

ASCHER, François (2010) Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromissos Urbanos, um léxico, (trad. Margarida Sousa Lobo), Livros Horizonte, Lisboa.

Belbute, J. et al. (2009), Qualidade de Vida: Uma análise à escala local, Documento de Trabalho nº 2009/03, Universidade de Évora, Departamento de Economia, 23pp.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) (2000) Vocabulário do Ordenamento do Território, (DGOTDU) Colecção Informação 5, Lisboa, pp. 152.

FERNANDES, António Teixeira (1996) “As sociedades e a qualidade de vida : Tendências actuais”, in III Congresso Português de Sociologia – “Práticas e Processos da Mudança Social”, Associação Portuguesa de Sociologia, Celta Editora, 11pp.

FERNANDES, José Rio et al (2009) Plano de Acção “Cidades e Urbanismo”, Comissão de C ordenação e Desenvolvimento da Região Norte e Ministério do Ambiente e Território, pp. 70-79.

FERRÃO, João (coord.) (2004) Municípios, Sustentabilidade e Qualidade de vida: Contributos para a construção de um sistema de indicadores de monitorização da qualidade de vida nos municípios portugueses (Continente), Relatório Final, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa 67pp.

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território (2007) Politica de Cidades POLIS XXI, Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.18 pp. Acedido em 10/11/2010 disponível na Internet: <http://www.unic.pt/images/stories/publicacoes200710/POLISXXI.pdf>

GARNIER, Jacqueline Beuajeu, (1997) Geografia Urbana (Trad. Raquel Soeiro Brito), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Happy Planet Index 2.0 (2011). Acedido em 07 de Julho de 2011, disponível na Internet: <http://www.happyplanetindex.org/>

KULSRISOMBAT, Niramom (2008), “De facto Urban Regeneration : A case Study of Chiang Mai City, Thailand” in Sustainable City Regions: Space, Place and Governance, Springer.

Lei n.º 11/87 de 7 de Abril, “Lei de bases do Ambiente”, artigo 5º, I Serie Nº81.

LOZA, Rui Ramos (coord.) (2000) Porto Património Mundial, Vol. III, CRUARB 25 anos de reabilitação Urbana, 1ª edição Porto.

MARQUES, João Lourenço; FIGUEIREDO Elisabete (2008) “De que depende a percepção social da qualidade de vida? Uma análise exploratória para o concelho de Aveiro.” in VI Congresso Português de Sociologia Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 22pp.

MARQUES, Teresa Sá (2002) Dinâmicas Territoriais: Portugal na transição do século (XX/XXI), Porto, Tese de Doutoramento em Geografia Humana apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MARQUES, Teresa Sá (2004) Portugal na transição do século: Retratos e Dinâmicas Territoriais, Edições Afrontamento, Porto.

MARTINS Isabel; SANTOS, Luís Delfim (2002) “A qualidade de vida Urbana. O caso da Cidade do Porto”, Working Papers da FEP, nº116 Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 24 pp.

MARTINS, Isabel Cristina Guimarães (2004), “O papel da análise subjectiva na avaliação da qualidade de vida urbana: reflexões a partir da experiência do Município do Porto”, in V Congresso da Geografia Portuguesa – Territórios e Protagonistas, Associação Portuguesa de Geógrafos.

MARTINS, Isabel; MARQUES, Teresa (2009) “Evaluating Quality of Life – Towards New tools to support urban planning” in City Futures '09- An International Conference on globalism and urban change, Madrid. Acedido em 25/10/10 Disponível na Internet: http://www.cityfutures2009.com/PDF/55_I_Martins_T_S_Marques.pdf

MARTINS, Isabel; SANTOS, Luis Delfim (Coord.) (2003) 1º Relatório sobre a Qualidade de Vida Urbana no Porto, Câmara Municipal do Porto

MOROCO, João (2007) Análise Estatística com utilização do SPSS , 3ªedição, Edições Sílabo,Lisboa pp. 419- 454.

OLIVEIRA, J. M. Pereira de (2007) O Espaço Urbano do Porto – Condições Naturais de Desenvolvimento (edição fac-similada de 1973) Edições Afrontamento, Porto.

OLIVEIRA, J.M. Pereira de e Marques, Hélder (1992) “A evolução urbanística do Núcleo histórico do Porto”, in VI Colóquio Ibérico de Geografia - “ A Península Ibérica um espaço em Mutação, Instituto de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PACHECO, Andreia (s/d) Estilos de Vida Pessoal, Motivação e Sucesso Académico: Instrumentos de Avaliação pp 1-3. Acedido em 22-11-2009 Disponível na Internet: <http://www.ci.uc.pt/ipc/2007-2010/revista/c1063d1d716a059f65ea08f90456755e.pdf>

PACHECO, Elsa (2009) Redes de Transportes Nacionais, Aula de Redes e Planeamento Regional, Mestrado em riscos, Cidades e Ordenamento do Território, FLUP.

PICON Jean; VERRE Ludovic (2004) La Métropolisation dans l'espace méditerranéen français –Observatoire des Territoires et de la Metropolisation dans l'espace français, Agence D'urbanisme du Pays D'Aix. Acedido em 05 de Maio de 2011, disponível na Internet: <http://www.metropolisation-mediterranee.equipement.gouv.fr/cahier-special-les-dynamiques-de-a42.html>

PINHO, Paulo e REIS José, (2008) Politica de Cidades Polis XXI: Parcerias para a Regeneração Urbana – Monitorização, Centro de Estudos Sociais, Laboratório Associado, Faculdade de economia da Universidade de Coimbra, 45pp.

PORTAS, Nuno (coord.), et al. (2007) – Políticas Urbanas: Tendências, e estratégias e oportunidades; Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição pp. 15.

PORTO VIVO, SRU (2005) Revitalização Urbana e Social da Baixa do Porto, Masterplan – Síntese Executiva, Porto.

Porto Vivo, SRU (2008) Centro Histórico do Porto Património Mundial, Plano de Gestão- Vol. I, II, III, Porto Vivo, SRU e Câmara Municipal do Porto, Porto.

ROCHA, Eugénia; MACHADO, Idalina; GOMES, Marta (2004) “Desenvolvimento de instrumentos de apoio à decisão política: O sistema de monitorização da qualidade de vida urbana da cidade do Porto”, in Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia – Atelier Cidades, Campos e Territórios pp. 44- 50. Acedido em 29 de Maio de 2009 disponível na internet: www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR460f8e667a13d_1.pdf

RODRIGUES, Daniel Souto; MENDES, J.; RAMOS, R. (2005) “Modelo de Avaliação da qualidade de vida aplicado a campi Universitários” in PLURIS 2005 1º Congresso Luso-brasileiro para o planeamento urbano regional integrado sustentável, 1-3 pp. Acedido em 07/12/2010, disponível na Internet: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4498/1/Rodrigues_CI_3_2005.pdf

RODRIGUES, Eduardo Vítor (s/d) O Estado Providencia e os Processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso Português pp. 173-200. Acedido em 10 de Junho de 2009, disponível na internet: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1477.pdf>

SCHMIDT, Luisa; VALENTE, Susana (2004) Áreas Metropolitanas: Vivências, Mobilidades e Qualidade de Vida, Relatório Final, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa 33 pp.

VASQUEZ, Isabel Breda; CONCEIÇÃO, Paulo (2002) “A diversidade de Programas de intervenção na cidade do Porto: avaliar o passado para enquadrar novos desafios” in Sociedade e Território, nº 33, 23 pp.

Vazquês, Isabel Breda; et.al (2005) Estudo Estratégico para Enquadramento de Intervenções de Reabilitação Urbana na Baixa do Porto, Laboratório de Planeamento do Território e Ambiente – FEUP, Porto.

VIEGAS, José M. (2009) Os Sistemas Inteligentes de Transportes e o seu impacto sobre os padrões de mobilidade, Aula de Redes e Planeamento Regional, Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, FLUP.

Anexos

Anexo 1: Extracto do inquérito do projecto “Representações Territoriais”, 2002, CEGOT, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, referente ao conteúdo desta dissertação.

I – Caracterização social

1. Qual é a sua idade? _____

2. Sexo: 1.Masculino ☐ 2.Feminino ☐

3. Qual o nível de escolaridade mais elevado que completou? (assinale apenas uma opção)

- | | | | |
|---------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------|
| 1. Nenhum, não sabe ler nem escrever | ☐ | 5. 9 anos de escolaridade | ☐ |
| 2. Nenhum, mas sabe ler e/ou escrever | ☐ | 6. 12 anos de escolaridade | ☐ |
| 3. 4 anos de escolaridade | ☐ | 7. Licenciatura ou bacharelato | ☐ |
| 4. 6 anos de escolaridade | ☐ | | |

4. Indique as suas funções actualmente – aluno universitário, trabalha e quais as suas funções,....

—

5. Quantas pessoas fazem parte do seu agregado familiar? _____

II – Inserção social e geográfica

1. Se tivesse de dizer o que melhor o/a caracteriza, o que diria em primeiro lugar?(assinale apenas uma opção)

- | | |
|--|--------------------------|
| 1. O nome da entidade onde trabalha ou onde estuda | ☐ |
| 2. O local onde nasceu | ☐ |
| 3. A família a que pertence | ☐ |
| 4. A sua profissão | ☐ |
| 5. O seu nível de instrução | ☐ |
| 6. O bairro ou a freguesia onde reside | ☐ |
| 7. Outra, qual? | _____ |

4. Qualidade de vida e satisfação pessoal:

4.1. Numa escala de 1 a 10 como classifica o seu grau de satisfação por viver no local onde vive:

4.2. Numa escala de 1 a 10 como classifica a sua qualidade de vida:

4.3. Grau de satisfação relativamente a alguns aspectos do local (cidade, vila, lugar) onde vive?

	Satisfeito	Não Satisfeito	Não lhe interessa
1. O ambiente envolvente	☐ 1	☐ 2	☐ 3
2. A possibilidade de passear	☐ 1	☐ 2	☐ 3
3. A oferta de comércio existente	☐ 1	☐ 2	☐ 3
4. A oferta de cultura e lazer	☐ 1	☐ 2	☐ 3
5. Os serviços de água	☐ 1	☐ 2	☐ 3
6. Transportes públicos	☐ 1	☐ 2	☐ 3
7. Oferta de táxis	☐ 1	☐ 2	☐ 3
8. A oferta de serviços de saúde	☐ 1	☐ 2	☐ 3
9. A recolha selectiva de resíduos	☐ 1	☐ 2	☐ 3
10. Os serviços de educação	☐ 1	☐ 2	☐ 3
11. As instalações e a animação desportiva	☐ 1	☐ 2	☐ 3
12. Os espaços verdes existentes	☐ 1	☐ 2	☐ 3
13. A informação	☐ 1	☐ 2	☐ 3
14. Os centros cívicos (espaços públicos de encontro)	☐ 1	☐ 2	☐ 3
15. O estado das ruas	☐ 1	☐ 2	☐ 3
16. A gestão da Autarquia	☐ 1	☐ 2	☐ 3
17. A conservação dos edifícios	☐ 1	☐ 2	☐ 3
18. Os serviços de apoio social (centros de idade, ..)	☐ 1	☐ 2	☐ 3
19. A limpeza	☐ 1	☐ 2	☐ 3
20. O civismo das pessoas	☐ 1	☐ 2	☐ 3
21. A oferta de bibliotecas e museus	☐ 1	☐ 2	☐ 3
22. A segurança	☐ 1	☐ 2	☐ 3
23. A oferta de habitação	☐ 1	☐ 2	☐ 3
24. As oportunidades de trabalho	☐ 1	☐ 2	☐ 3
25. As facilidades de deslocação automóvel	☐ 1	☐ 2	☐ 3
26. O custo de vida	☐ 1	☐ 2	☐ 3
27. Os níveis de poluição existentes	☐ 1	☐ 2	☐ 3
28. O prestígio do local	☐ 1	☐ 2	☐ 3
29. As relações de vizinhança	☐ 1	☐ 2	☐ 3
30. Intervenção na vida política local	☐ 1	☐ 2	☐ 3

4.4. Grau de satisfação relativamente ao tipo de vida que leva:

1. Nada satisfeito ☐1
2. Pouco satisfeito ☐2
3. Regular satisfeito ☐3
4. Bastante satisfeito ☐4
5. Muito satisfeito ☐5

4.5. Grau de satisfação relativamente:

	Satisfeito	Não Satisfeito	Não lhe interessa
1. A sua família	☐ 1	☐ 2	☐ 3
2. Os amigos que tem	☐ 1	☐ 2	☐ 3
3. Os seus vizinhos	☐ 1	☐ 2	☐ 3
4. Os colegas de trabalho	☐ 1	☐ 2	☐ 3

5. Imagine que lhe propõem, a si e/ou eventualmente ao seu cônjuge, um emprego mais interessante em algum dos seguintes locais de Portugal. Aceitaria?

<i>(assinale apenas uma opção em cada alínea)</i>	Aceitaria de certeza	Muito provável	Pouco provável	Não aceitaria	Já tenho emprego nesse local
1. Em Lisboa	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
2. No Porto	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
3. Numa <u>cidade de média</u> dimensão, <u>no interior</u>	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
4. Numa <u>cidade de média</u> dimensão, <u>no litoral</u>	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5
5. Em pleno campo	☐ 1	☐ 2	☐ 3	☐ 4	☐ 5

5.1. Qual era o local onde aceitaria um emprego mais interessante?

5.2.

Porquê?

4. Indique por ordem numérica, onde é que a qualidade de vida é, hoje em dia, mais preocupante - (do 1 - o mais preocupante - até ao 5 - o menos preocupante)

- | | |
|---------------------------------------|--------------------------|
| a) Nos centros das grandes cidades | ☐ |
| b) Nas periferias das grandes cidades | ☐ |
| c) Nas cidades de dimensão média | ☐ |
| d) Nas pequenas cidades e vilas | ☐ |
| e) Nos espaços rurais | ☐ |

Anexo 2: Tipologia sócio-económica realizada por Teresa Sá Marques à escala de freguesia - Mosaico Territorial (Marques, 2004: 196)

